

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

A

ABONO ANUAL (13º SALÁRIO) - É devido ao segurado e ao dependente que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão ou salário maternidade.

ABSOLUÇÃO SUMÁRIA - No Direito Processual Penal, diz-se da sentença que reconhecer, desde logo, a existência de uma excludente de antijuridicidade, no julgamento dos crimes dolosos contra a vida (de competência do Tribunal do Júri). Exemplo: A matou B. O juiz singular reconhece que A agiu em legítima defesa.

ABUSO DE PODER - Significa a exorbitância dos poderes conferidos, ou seja, a prática de atos que excedem as atribuições conferidas em Lei ou que escapam a alçada funcional. Arbitrariedade.

ACAUTELATÓRIO - Próprio para acautelar, para resguardar; preventivo, cautelar: medidas acautelatórias.

AÇÃO DE RITO SUMÁRIO - Assim se denomina a ação que se procede de plano, de prazo breve, de forma expedita, respeitando-se apenas as fórmulas indispensáveis à defesa natural. No Código de Processo Civil, as ações de rito sumário, via de regra, versam sobre pedidos de pequena monta e relativas a reparação de danos decorrentes de acidentes de trânsito.

AÇÃO RESCISÓRIA - É a ação intentada com o objetivo de ser anulada decisão judicial, que já tenha transitado em julgado, porque tenha sido proferida contra expressa disposição de lei ou porque tenha violado direito expresso, a fim de que se restabeleça a verdade jurídica, colocando-se o direito ofendido em sua posição anterior. Não é recurso, é ação pela qual se pede a decretação da nulidade ou ilegalidade da sentença proferida, que já tenha transitado em julgado. Já o recurso provoca novo exame dos autos, para retificação ou modificação do decreto judiciário do anterior.

ACAREAÇÃO - É o ato judicial pelo qual se confrontam duas testemunhas entre si, ou réus com testemunhas, ou réus entre si. Procede-se a acareação, quando existe divergência entre os depoimentos.

ACÓRDÃO - Decisão proferida por Câmara ou Turma de Tribunal Judiciário ou por este; parte integrante da Jurisprudência.

“A QUO” - Locução latina, muito em uso na linguagem forense, para designar o juiz de instância inferior ou aquele de onde procedeu a demanda, ou o ato que se discute em outro juízo. Juiz “a quo” é o juiz de onde veio o processo ou de cujo despacho, ou sentença, se recorreu para instância superior. “A quo” é expressão também usada para assinalar dia inicial ou o dia do começo de um prazo (dies a quo). O dia “a quo” não se computa para a contagem dos prazos fixados em dias, salvo disposição que determinar em contrário. Assim sendo, o termo inicial para o começo do prazo, em realidade, é contado do dia seguinte em que se tem como iniciada a contagem.

“AD HOC” - Indica o substituto ocasional, designado para a prática ou leitura de um ato ou solenidade, pela ausência ou impedimento do serventuário efetivo. É o exercício temporário de uma função pública.

“AD QUEM” - Locução Latina que se emprega na linguagem jurídica num duplo sentido: 1) Designa o Juiz ou Tribunal para onde se encaminha ou se remete o processo, que estava em instância inferior, ou juiz “a quo”, em grau de recurso; 2) Indica o dia final da contagem de um prazo ou termo final desse prazo (dies ad quem). Dia “ad quem” é, pois, o dia em que o prazo se extingue ou o em que ocorre o seu vencimento, o qual é computado na contagem do prazo (dies ad quem computatur in termino).

ADUZIR - Trazer, apresentar (razões, provas, testemunhos, etc.)

ADITAR - Adicionar; acrescentar, juntar, adir: Fez a declaração e não aditou minúcias.

ADSTRITO - Cingido, limitado, restrito.

AD NUTUM - Expressão utilizada para indicar que o ato a que se junta pode ser revogado pela vontade da pessoa que o praticou, independentemente de qualquer outra formalidade, condição ou motivo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Em sentido amplo, trata-se de uma das manifestações do Poder Público na gestão ou execução de atos ou de negócios políticos. E em sentido estrito, significa a simples direção ou gestão de negócios ou serviços públicos ou gestão de negócios ou serviços públicos, realizados por todos os seus departamentos ou institutos especializados, com a finalidade de prover às necessidades de ordem geral ou coletiva. A administração pública se diz: 1) federal - quando se refere à direção dos negócios afetos ou próprios da União; 2) estadual - quando se relaciona com os serviços ou negócios públicos administrados pelos estados federados; 3) municipal - quando representa o conjunto de serviços e negócios administrados pelos municípios.

ADVOGADO AD HOC - é o advogado nomeado para um único e determinado ato processual.

ADVOGADO DATIVO - É aquele advogado nomeado pelo juiz para defender alguém, quando este alguém não indica defensor ou não tem condições financeiras de contratar um.

AGRAVANTES - Na terminologia penal, é a circunstância que torna o crime mais grave, a qual resulta a aplicação de uma pena maior, que não pode ser superior à pena máxima prevista para cada crime. Exemplo: ser o réu reincidente.

AGRAVO - Na linguagem do Direito Processual, é o recurso interposto contra decisão interlocutória ou mesmo definitiva (a qual não ponha termo final ao processo). Pode ser AGRAVO DE INSTRUMENTO ou AGRAVO RETIDO nos autos. Quem agrava é o agravante. Aquele que responde o agravo é o agravado.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO - É uma das modalidades de recurso de agravo, assim denominado porque se forma em processo especial, constituído de peças extraídas dos processo principal e de outras que lhe são anexadas, formando o instrumento, o qual será interposto perante o Tribunal que o julgará. Via de regra, tem o efeito devolutivo apenas, mas o relator do recurso, se o caso, poderá atribuir-lhe, também, o efeito suspensivo. Quem agrava é o agravante. Aquele que responde o agravo é o agravado.

AGRAVO RETIDO - É uma das modalidades de recurso de agravo, assim denominado porque permanece “retido” nos autos principais, para, em querendo a parte que o interpôs, ser apreciado como matéria preliminar em recurso de apelação. Quem agrava é o agravante. Aquele que responde o agravo é o agravado.

AGRESSÃO ATUAL - Diz-se que a agressão é atual, quando esta evidencia-se iminente ou começada. Constitui para a pessoa do agredido um perigo grave e irremediável à sua integridade. É um dos requisitos da legítima defesa tratada no Direito Penal.

AGRESSÃO INJUSTA - É a que não se justifica. É a agressão ilícita. É um dos requisitos da legítima defesa tratada no Direito Penal.

AJUDA DE CUSTO - Auxílio pecuniário concedido a funcionário público para atender a despesas de viagem e assumir as funções de seu cargo, por transferência ou nomeação. É assim o dinheiro que se dá por fora do ordenado ou vencimento comum, em razão de despesa extraordinária, que se tem a fazer. As transferências feitas a pedido não são direito ao auxílio, para as despesas de viagem do funcionário ou militar.

ACAUTELATÓRIO - Próprio para acautelar, para resguardar; preventivo, cautelar: medidas acautelatórias.

ALÍNEA - Assim se designa a subdivisão de um artigo de lei, quando, a seguir de seu texto, se abre uma nova linha, precedida de letra ou número. É distinta, por esse modo, do parágrafo, que forma não uma subdivisão do artigo, mas um complemento dele.

ALVARÁ - Documento passado a favor de alguém por autoridade judiciária ou administrativa, que contém ordem ou autorização para a prática de determinado ato.

AMPARO ASSISTENCIAL AO IDOSO E AO DEFICIENTE - O Amparo Assistencial, no valor de um salário mínimo é pago ao idoso com 67 (sessenta e sete) anos de idade ou mais que não exerça atividade remunerada e ao portador de deficiência incapacitado para a vida independente e para o trabalho, desde que:

- possuam renda familiar mensal per capita, inferior a 1/4 do salário mínimo;
- não estejam vinculados a nenhum regime de previdência social;
- não recebam benefício de espécie alguma.

ANTI JURIDICIDADE - Ilícitude jurídica, contrariedade ao direito; injuridicidade.

APÁTRIDAS - Pessoa que não tem nacionalidade, por haver perdido a nacionalidade de origem, em consequência de naturalização, casamento ou outro fator, e haver depois perdido a nacionalidade adquirida sem readquirir a primeira.

APELAÇÃO - É uma das espécies de recursos prevista. Normalmente, cabe apelação contra decisão terminativa, ou seja, aquela que puser fim ao processo. Quem apela é o apelante. Aquele que responde a apelação é o apelado. Existe a apelação cível e a apelação criminal.

APELAÇÃO NECESSÁRIA OU EX OFFICIO - É a interposta obrigatoriamente pelo próprio juiz, independentemente de recurso voluntário das partes, nos casos expressamente determinados em lei, tais como: sentença criminal que absolver sumariamente o réu (crimes de competência do Tribunal do Júri), sentença cível que decidir contra a Fazenda Pública etc..

APELIDO - É assim designada a denominação vulgar ou popular pelo qual que se conhece uma pessoa. Por exemplo: Franjinha, Tigrinho, etc. Também se chama de apelido, o nome de família ou o nome herdado dos pais. Pelo casamento, a mulher adquire os apelidos do marido.

APENAR - Notificar, intimar, sob a cominação de pena.

APENSO - Junto, anexo.

APOSENTADORIA - Provém do ato de aposentar, ato pelo qual o poder público, ou o empregador, confere ao funcionário público, ou empregado, a dispensa do serviço ativo, a que estava sujeito, embora continue a pagar-lhe a remuneração ou embora continue a pagar-lhe a remuneração ou parte dela, a que tem direito, como se em efetivo exercício de seu cargo.

A aposentadoria pode ser: 1) facultativa (quando é pedida pelo funcionário ou empregado, nos casos de serviços prestados por certo número de anos e segundo as regras da lei); 2) por invalidez (quando é fundada em incapacidade do funcionário para o exercício do cargo ou função); 3) Compulsória (se dá quando o funcionário ou empregado é aposentado por ter atingido o limite de idade estabelecido em lei).

APOSENTADORIA ESPECIAL - É o benefício a que tem direito o segurado, que tiver trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudique a saúde ou integridade física.

O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais a saúde ou integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

Considera-se tempo de trabalho, os períodos correspondentes ao exercício de atividade permanente e habitual (não ocasional nem intermitente), durante toda a jornada de trabalho.

Os períodos de recebimento de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, não contam para carência nem são considerados como tempo de trabalho sob condições especiais, exceto os acidentários.

A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário próprio do INSS, PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, preenchido pela empresa ou seu preposto com base em Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, para fins de comprovação da exposição a agentes nocivos, prejudiciais à saúde ou à integridade física.

Ressalta-se que de acordo com a Instrução Normativa/INSS/DC Nº 078, de 16 de julho de 2002 fica instituído o PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, que contemplará informações pertinentes aos formulários antigos SB-40, DISES BE - 5235, DSS 8030, DIRBEN 8030, os quais deixarão de ter eficácia a partir de 01 de janeiro de 2003.

APOSENTADORIA INTEGRAL - É o benefício a que tem direito o segurado de sexo feminino que comprovar, no mínimo, 30 anos de contribuição e ao segurado de sexo masculino que comprovar, no mínimo, 35 anos de contribuição.

APOSENTADORIA POR IDADE - É o benefício a que tem direito o segurado que completar 65 anos de idade (homem), ou 60 anos (mulher), uma vez cumprida a carência exigida para concessão do benefício.

Em se tratando de trabalhador rural, quando completar 60 anos de idade (homem) 55 anos de idade (mulher) aos trabalhadores que comprovem o efetivo exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua no período anterior ao requerimento do benefício.

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - É o benefício a que tem direito o segurado, que após cumprir a carência exigida, esteja ou não recebendo auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e não sujeito à reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

Não é concedida aposentadoria por invalidez ao segurado que, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

O segurado que estiver recebendo aposentadoria por invalidez, independente da idade, está obrigado a se submeter à perícia médica do INSS de dois em dois anos.

APOSENTADORIA PROPORCIONAL - O segurado que até 16/12/98 não havia completado o tempo mínimo exigido para aposentadoria por tempo de contribuição, tem direito a aposentadoria proporcional desde que cumprida a carência e os seguintes requisitos:

Idade: 53 anos para o homem e 48 anos para a mulher.

Tempo de Contribuição: 30 anos de contribuição para o homem e 25 anos de contribuição para a mulher.

Tempo de Contribuição Adicional: O equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que, em 16/12/98, faltava para atingir o limite de contribuição.

Direito Adquirido:

O segurado que em 16/12/98, já contava com 30 ou 25 anos de serviço, homem e mulher respectivamente, tem o direito de requerer, a qualquer tempo, aposentadoria com renda mensal proporcional ao tempo de serviço computado até aquela data, calculada com base nos 36 salários de contribuição anteriores a 12/98 e reajustada até a data do requerimento pelos índices de aumento da política salarial. Nestes casos, é vedada a inclusão de tempo de serviço posterior a 16/12/98 para quaisquer fins.

Se, no entanto, o segurado, em 16/12/98, contava com 30 ou 25 anos de serviço, homem e mulher respectivamente, e optar pela inclusão de tempo de contribuição posterior àquela data a renda mensal calculada com base nos 36 salários de contribuição anteriores ao requerimento, fica sujeito ao limite de idade de 53 anos para homem e 48 anos para a mulher.

APURAÇÃO DE UMA ELEIÇÃO - Indica a verificação do resultado obtido na votação, em uma eleição, ou seja, a verificação dos votos que foram dados à cada um dos candidatos ou das pessoas que se indicaram pela eleição à escolha da função à ser exercida por este meio.

ARBITRAMENTO - Ato ou efeito de arbitrar; arbitração. O julgamento, decisão ou veredicto de árbitro(s); arbitrio.

ARBITRAGEM - Ato ou efeito de arbitrar; arbitração, arbitramento. O julgamento, decisão ou veredicto de árbitro(s); arbitrio.

ARRENDATÁRIO - É aquele que, comprovadamente, utiliza a terra, mediante pagamento de aluguel ao proprietário do imóvel rural, para desenvolver atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira.

ARRESTO - É a apreensão, por autorização judicial, de bens ou objetos.

ARTÍFICE - Pessoa que produz qualquer artefato ou que professa alguma das artes. É sinônimo do obreiro, operário, artista, oficial mecânico. Já em sentido estrito, "artífice" designa o obreiro ou oficial, que executa sua arte conforme as encomendas que recebe e que são levadas à sua oficina.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

ASSENTO - Na linguagem cartorária, é o registro, o escrito ou lançamento de algum fato realizado, para que seja mais tarde comprovado. Exemplo: Assento de nascimento (não confundir com certidão de nascimento, que é a comprovação material do assento).

ASSIDUIDADE - Qualidade de ser assíduo, contínuo, frequência sem faltas, constância, exatidão, pontualidade.

ASSOCIAÇÃO CIVIL - é a sociedade (associação) cuja finalidade é a de congregar os associados, ou sócios, para a realização de um objetivo comum, sem qualquer intenção de lucrar, ou de receber lucros. Por vezes, mesmo, visam à fruição de gozos ou de vantagens de natureza imaterial não tendo, pois, qualquer finalidade lucrativa.

ATA - É o ato pelo qual se registra por escrito tudo o que ocorre em certas reuniões ou solenidades, promovidas pelas associações, pela sociedade ou entidade qualquer. É o registro exato e metódico das deliberações tomadas em uma reunião de sociedade, associação ou corporação de qualquer espécie.

ATENUANTES - No Direito Penal, é a circunstância legal para diminuir a pena imposta ao réu. Não a diminui, contudo, em quantia inferior à da pena mínima fixada na lei Penal para cada crime. Exemplo: ser o réu menor de 21 anos na data do fato delituoso e maior de 70 anos na data da sentença.

ATINENTE - Referente, relativo, respeitante: os problemas

ATO JURÍDICO - É todo ato lícito que tenha o objetivo imediato de adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos. Assim, o ato jurídico manifestação da vontade do agente ou de vários agentes, deve estar conforme a essa vontade, e devendo ser lícito, deve ser executado de acordo com as prescrições de direito.

ATOS NORMATIVOS - São aqueles que têm por objetivo imediato explicitar a norma legal ou lei. São os decretos, regulamentos, regimentos, resoluções e deliberações.

AUFERIR - Colher; obter; ter, tirar: Fez a transação, auferindo

AUTARQUIAS - Organizações que se geram pela vontade do Estado, mas que possuem certa autonomia ou independência. Assim, o vocábulo significa toda espécie de organização econômica, a que se atribui determinada soma de atividades, mesmo de ordem privada, constituindo uma personalidade autônoma, sob o ponto de vista patrimonial, com uma subordinação administrativa aos poderes públicos. Em suma, as autarquias são entidades auxiliares da administração pública, dotadas de autonomia. Seus patrimônios são constituídos por recursos próprios, mas recebem também dotações orçamentárias do executivo. Sua finalidade é a realização de serviços de interesse da coletividade. Estão sujeitas à fiscalização do Estado.

AUTOS - Significam todas as peças pertencentes ao processo judicial ou administrativo, tendo o mesmo sentido que processo.

AUXÍLIO ACIDENTE - É o benefício que é concedido, como indenização, ao segurado empregado, exceto doméstico, trabalhador avulso, segurado especial e ao médico residente que estiver recebendo auxílio-doença, quando a consolidação das lesões decorrentes de acidente (inclusive de acidente de trabalho) resultarem em seqüela definitiva que implique redução da capacidade para o trabalho e/ou impossibilite o desempenho da atividade exercida na época do acidente.

O INSS não exige carência para a concessão desse benefício, mas é preciso ter qualidade de segurado. A comprovação da lesão e da impossibilidade de o segurado continuar desempenhando a atividade que exercia na época do acidente, é feita através de exame realizado pela perícia médica do INSS.

AUXÍLIO DOENÇA - É o benefício a que tem direito o segurado que, após cumprir a carência, quando for o caso, ficar incapaz para o trabalho (mesmo que temporariamente), por doença por mais de 15 dias consecutivos.

A incapacidade para o trabalho deve ser comprovada através de exame realizado pela perícia médica do INSS.

Não é concedido auxílio-doença ao segurado que, ao filiar-se no Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

AUXÍLIO DOENÇA POR ACIDENTE DO TRABALHO - Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, com o segurado empregado, trabalhador avulso, médico residente, bem como com o segurado especial no exercício de suas atividades, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução, temporária ou permanente, da capacidade para o trabalho.

AUXÍLIO RECLUSÃO - É o benefício a que têm direito, nas mesmas condições da pensão por morte o conjunto de dependentes do segurado recolhido à prisão, em regime fechado ou semi-aberto, caso não esteja recebendo auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço e cujo salário-de-contribuição seja igual ou inferior a R\$ 468,47.

AVOCAÇÃO - Chamamento de uma causa a juízo superior.

B

BANIR - Expulsar da pátria; expatriar, desterrar, expulsar ou excluir de uma sociedade.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) - É um benefício assistencial, concedido pelo INSS, ao cidadão que não tem condições de contribuir para a Previdência Social.

BENEFICIÁRIO - é toda pessoa que recebe um benefício ou vantagem, oriunda de outrem.

BICAMERAL - Diz-se do, ou relativo ao sistema político em que o poder legislativo se divide em duas câmaras, o bicameralismo; bicameralista.

C

CAPACITAR - Tornar capaz; habilitar: Os longos anos de estudo.

CAPUT - Capitulo; parágrafo; “cabeça do artigo” (expressão latina).

CARECEDOR - Que ou aquele que sofre de carência.

CARÊNCIA - É o período correspondente a um número mínimo de contribuições mensais para que o segurado tenha direito ao benefício. A carência exigida consta do texto específico de cada benefício.

Para o segurado especial, a carência é o número de meses de efetivo exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, necessário para a concessão de um benefício.

CARGO PÚBLICO - Designação dada ao emprego ocupado na administração pública. É criado por lei e pago pelo erário público.

CARTA DE ORDEM - É aquela que é expedida por um Tribunal para a requisição de atos (intimações, citações, inquirição de testemunhas etc.) que devem ser cumpridos por um juiz vinculado àquele Tribunal.

CARTA PRECATÓRIA - Diz-se do mandado extraído em um juízo, pelo qual se requisita ato (exemplo: intimações, citações, inquirição de testemunhas etc.) que deve ser cumprido em outro juízo no país. O juiz que expede a carta é o deprecante, e o que cumpre a carta é o deprecado.

CARTA ROGATÓRIA - Entende-se como sendo aquela que é expedida para requisição de atos (intimações, citações, inquirição de testemunhas etc.) que devem ser cumpridos em território estrangeiro.

CELERIDADE - Qualidade de célere; velocidade, ligeireza, rapidez.

CERTIDÃO - É o atestado ou ato pelo qual se dá testemunho de um fato. Certifica quem possui fé pública.

CERTIDÃO - Na técnica jurídica, significa o atestado ou ato pelo qual se dá testemunho de um fato. A certidão expressa exatamente toda cópia autêntica ou transunto, feito por pessoa que tenha fé pública, de teor de ato escrito, registrado em autos ou em livro. De tal sorte, juridicamente, não se entende “certidão” o documento possado por escrivão ou qualquer serventuário de ofício público ou da justiça, ou por funcionário público, que não seja cópia exata ou relato “verbum ad verbum”, de escrito, que se encontre ou que esteja arquivado no ofício ou repartição, onde é passada.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - A Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual DRS-CI é o documento de comprovação de regularidade de inscrição e de recolhimento perante a Previdência Social para fins de celebração de contrato ou realização de ato ou operação que a exija ou venha a exigir.

Será emitida por meio eletrônico, mediante a utilização do serviço de auto-atendimento da Previdência Social (PREVfácil e PREVNet) ou pela agência da Previdência Social a pedido do contribuinte ou do órgão ou instituição interessado e terá prazo de validade de 60 dias, contados da data de sua emissão.

A DRS-CI será expedida unicamente para contribuinte individual e não substitui a Certidão Negativa de Débito (CND) exigida da empresa, bem como não se constitui prova de quitação de contribuição previdenciária, podendo o INSS, a qualquer tempo, exigir do contribuinte o pagamento da importância que venha a ser considerada devida.

Será considerado regular perante a Previdência Social, o contribuinte individual com inscrição (NIT/PIS/PASEP) que:

- há 12 ou mais meses, possuir registros de recolhimentos de, no mínimo, 08 competências nos últimos 12 meses, e
- há menos de 12 meses, possuir registros de recolhimentos de, no mínimo 2/3 das competências do período.

Para indicação do responsável pela sua obtenção, a DRS-CI deverá ser assinada pelo próprio contribuinte, quando obtida mediante utilização do auto-atendimento, e pelo servidor do INSS, quando emitida pela Agência da Previdência Social.

Independente de assinatura o documento obtido pelo próprio órgão ou instituição interessado.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP) - É o documento que atesta a adequação do regime próprio de previdência social de estado, Distrito Federal ou município aos critérios, requisitos e exigências da Lei nº 9.717, de 1998.

CESSÃO - Significa transferência.

CIRCUNSCRIÇÃO - Nome usado para indicar certa divisão territorial ou a parte do território de um país, a que se atribui certo regime administrativo.

CLÁUSULA - Condição que faz parte de um contrato, escritura ou documento.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

CLÁUSULA PÉTREA - Dispositivo constitucional imutável, onde não cabe revogação; visa impedir inovações em assuntos cruciais para a cidadania e o Estado.

COAÇÃO - Ato de coagir; coerção.

COATOR - Aquele que coata ou coage.

CO-AUTOR - É a pessoa que, juntamente com outra, participa da execução de um ato, na qualidade de agente, tanto quanto a outra. Existe o co-autor de um crime, existe o co-autor numa ação civil etc..

COISA JULGADA - Entende-se como coisa julgada a sentença, que por ter se tornado irretratável, por não haver contra ela mais qualquer recurso cabível, Firmou o direito de um dos litigantes (de uma das partes) para não admitir qualquer outra oposição por parte do litigante vencido (que perdeu a ação) ou de outrem que julgue possuir pretensões sobre a ação. A coisa julgada pressupõe o julgamento irretratável de uma relação jurídica anteriormente controvertida.

CONTRIBUINTE - Que ou quem contribui, ou paga contribuição.

CO-RÉU - Assim se diz da pessoa que é réu, seja no crime ou no cível, juntamente com outra pessoa. No Direito Criminal é o cúmplice.

COLMATAR - Preencher (vazios, lacunas ou brechas); aterrar, entulhar.

COMINAÇÃO - É a "ameaça" legal de uma pena ou de uma prescrição, pelo não cumprimento de uma obrigação contratual ou de uma imposição legal. Tem o mesmo sentido de sanção.

COMPETÊNCIA - Na técnica jurídica, possui dois significados: 1) tanto significa a capacidade, no sentido de aptidão, pela qual a pessoa pode exercer ou fluir um direito; 2) Como significa a capacidade no sentido de poder, em virtude do qual a autoridade possui legalmente atribuição para conhecer de certos atos jurídicos e deliberar a seu respeito.

COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA - Significa a soma de poderes que as leis outorgam às autoridades administrativas, para que possam administrar e gerir os negócios públicos. Tem seus fundamentos na Constituição Federal.

COMPROMITENTE - Que ou quem toma compromisso.

CONCERNE - Dizer respeito; ter relação; referir-se

CONCOMITANTE - Que se manifesta simultaneamente com outro.

CONCORDATA - Benefício concedido por lei ao negociante insolvente e de boa-fé para evitar ou suspender a declaração de sua falência, ficando ele obrigado a liquidar suas dívidas segundo for estipulado pela sentença que concede o benefício.

CONDIÇÕES DA AÇÃO - Na linguagem processual, são os requisitos prévios indispensáveis à admissão do exercício do direito de ação. São elas: a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade de partes.

CONEXO - Que tem, ou em que há conexão: letras e assuntos

CONGÊNERE - Idêntico, semelhante, similar.

CONSPURCAR - Sujar; macular: "Conspurcou as claras vestes."

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (CARTA MAGNA) - Conjunto de preceitos e regras, fundamentais, estabelecidos pela soberania de um povo, para servir de base à sua organização política e firmar os direitos e deveres de cada um de seus componentes. É a Lei Magna (suprema, maior) de um povo, politicamente organizado, desde que nela estejam todas as bases do regime político escolhido, fixando as relações recíprocas entre governantes e governados.

CONTENCIOSO - onde há contenção ou litígio.

Contestação - meio de defesa com razões fundamentadas de que se socorre o réu (requerido) para negar ou refutar a pretensão do autor e ilidir (destruir) a ação.

CONTRA-FÉ - É a expressão em uso na terminologia forense para indicar a cópia do teor do ato a ser cumprido pelo Oficial de Justiça. Na citação, é a cópia da petição inicial ou da denúncia. A contra-fé é a cópia que fica com a pessoa citada ou intimada.

CONTRADITA - Ato pelo qual uma das partes, procura contrariar, refutar ou fazer objeção contrapor uma pessoa, seja parte ou não. Tem o mesmo sentido de contrariedade.

CORPO DE DELITO - Expressão técnica do Direito Penal. É usada para indicar o conjunto de elementos materiais empregados na prática de um crime, o local em que fora praticado, bem como os bens e pessoas atingidos.

CORREIÇÃO - Ato ou efeito de corrigir; correção. Função administrativa, em via de regra de competência do poder judiciário, exercida pelo corregedor.

CREDITÍCIOS - Referente ao crédito público.

CRPS - O Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS é um órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério da Previdência e Assistência Social, que funciona como um tribunal administrativo e tem por função básica mediar os litígios entre segurados ou empresas e a Previdência Social.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

CRIME CULPOSO - É o crime que teve como causa a imprudência, a negligência ou a imperícia do agente, se prevista e punida pela Lei Penal. Exemplo: lesões corporais causadas em acidente de trânsito.

CRIME DOLOSO - É o crime voluntário, ou seja, aquele em que o agente teve a intenção maldosa de produzir o resultado ou assumir o risco de produzi-lo.

CRIME FORMAL - Em oposição ao crime material, é formal o delito que se configura sem que se leve em conta os resultados pretendidos pelo agente, mas simplesmente a intenção. Exemplo: Concussão.

CRIME FUNCIONAL - Assim se diz de toda a infração praticada por uma pessoa, quando investida em certa função pública, da qual se prevalece para praticar o ato delituoso. Exemplo: prevaricação, peculato etc..

CRIME HEDIONDO - Crime definido pela CF no artigo 5º, XLIII, por sua gravidade, como inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, sendo a pena cumprida, integralmente, em regime fechado.

CRIME MATERIAL - Ao contrário do crime formal, o crime material somente se configura com o resultado pretendido pelo agente, não se admitindo nele a presunção da intenção, sem a evidência do dano material punido pela Lei Penal. Exemplo: furto, roubo etc..

CUMULATIVO - Feito por acumulação, Que consiste em acumular: sistema cumulativo.

CURADOR - Na técnica jurídica, designa a pessoa a quem é dada a comissão ou o encarregados com os poderes de vigiar (cuidar, tratar, administrar) os interesses de outra pessoa, que tal não pode fazer por si mesma. O "curador" se difere do "tutor", visto que pode ser dado aos próprios maiores, desde que declarados interditos; aos não nascidos (nascituros), e referir-se somente à administração dos bens do tutelado, enquanto o "tutor" é nomeado para representante legal do menor durante a menoridade.

CUSTAS - Juridicamente, significam as despesas do processo, ou os encargos decorrente dele, desde que fixados ou tarifados em lei.

CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.

D

DE CUJUS - Inventariado; pessoa falecida cuja sucessão está aberta á herdeiros e legatários.

DECADÊNCIA - É a perda do próprio direito em razão do decurso do tempo.

DECÊNDIO - Espaço de 10 dias; década.

DECRETO-LEI - Ato do poder executivo que estabelece regras de caráter geral de competência do poder legislativo. É o decreto com força de lei que, num período ditatorial, ou anormal de governo, é expedido pelo chefe de Estado que concentra em suas mãos o Poder Legislativo, então suspenso. É a forma preferida de toda ditadura para legislar.

DEFENSOR - Na terminologia forense, seja civil ou criminal, significa a pessoa que, por determinação do juiz, em virtude do cargo ou por mandato, defende ou patrocina os interesses de outrem, em virtude de ação ou demanda contra ele intentada ou proposta, seja para ressalva de seus direitos, ou para afastá-lo de acusação, que lhe é imputada. Assim, é o patrono, o advogado.

DEFERIR - Na linguagem forense, significa despachar favoravelmente, o que equivale a conceder ou atender ao que é solicitado em uma petição ou requerimento.

DELITO - Fato que a lei declara punível; crime.

DEMANDA - É o ato pelo qual uma pessoa confia ou entrega ao julgamento da Justiça a solução do direito, que se encontra prejudicado ou ameaçado de perturbação, formulando, assim, o seu pedido, fundado em legítimo interesse de agir. Necessariamente, implica no pedido feito, porque demandar é pedir judicialmente. Demanda tem um sentido mais amplo que "ação", pois indica a ação em curso ou já formulada em juízo e em processo, enquanto a ação revela o direito de agir ou do direito de ir pedir em juízo, o que fundamenta ou autoriza a demanda, iniciativa do direito de ação.

DENEGAÇÃO - Significa recusa, negação ao que se pede, indeferimento de qualquer pedido ou requerimento de uma das partes, pelo juiz, no processo. Exemplo: Decisões negatórias de "habeas corpus" decisões indeferidas de "habeas corpus", ou seja decisões que negaram, não concederam o "habeas corpus".

DENÚNCIA - Em sentido estrito, na técnica do Direito Penal, é o ato mediante o qual o representante do Ministério Público formula sua acusação perante o juiz competente a fim de que se inicie a ação penal contra a pessoa, a quem se imputa a autoria de um crime ou de uma contravenção. Já em matéria civil, é empregado o vocábulo denúncia, no sentido de notificação, ou seja, de ciência que se dá à uma pessoa, em regra um terceiro, que não está atuando no feito a fim de que venha participar da demanda ou do processo.

DEPENDENTE - Pessoa que não dispõe de recursos para promover a sua subsistência. Pessoa que vive a expensas de outra.

São considerados dependentes dos segurados

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

Há três classes de dependentes:

Classe I: o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido;

Classe II: os pais;

Classe III: o irmão, não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.

Observações:

A condição de invalidez do dependente maior de 21 anos deverá ser comprovada pela perícia médica do INSS.

Enteados e tutelados equiparam-se a filhos.

Havendo dependentes de uma classe, os dependentes da classe seguinte perdem o direito a receber pensão por morte. Também perde o direito ao benefício o dependente que passar à condição de emancipado por sentença do Juiz ou por concessão do seu representante legal, ou em função de casamento, ou ainda pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau em curso de ensino superior, por constituir estabelecimento civil ou comercial com economia própria.

DEPOSITÁRIO - É a pessoa a quem se entrega ou a quem se confia alguma coisa, em depósito, o depositário assume a obrigação de conservar a coisa. Se o depositário não restituir (entregar) a coisa, quando pedida a sua restituição legal, cometerá um ato de infidelidade, que a lei qualifica como delito e pune.

DERROGAR - Conter disposições contrárias a alguma lei ou uso.

DESAFORAMENTO - Ato de desaforar. Deslocar um processo ou o julgamento dele de um foro para outro.

DESCAMINHO - Exportação clandestina.

DESERÇÃO - Indica o abandono do recurso interposto por uma das partes em litígio. Regra geral, a deserção decorre da falta de preparo do recurso, isto é, da falta de pagamento das custas devidas.

DESÍDIA - Desleixo, descaso, incúria

DESMEMBRAR - Cortar, amputar o(s) membro(s) de, dividir em partes; separar uma ou mais partes de (um todo)

DESPACHO - Na técnica forense e administrativa, significa a decisão proferida pela autoridade judicial ou administrativa, nas petições, memoriais ou demais papéis submetidos pelas partes a seu conhecimento e solução ou ciência do requerimento, pedido ou questão levados ao conhecimento da autoridade, a fim de que determine ou delibere a respeito, vários aspectos pode o mesmo apresentar. Em matéria processual, o despacho pode ser: de mero expediente, interlocutório, saneador, ou mesmo definitivo.

DESPACHO DE EXPEDIENTE - Em regra, é o despacho inicial a qualquer petição ou requerimento, seja para início de ação ou seja para atender ou desatender a qualquer pretensão das partes no curso do processo. É sempre o "despacho prorrogado" pela parte mediante apresentação de requerimento ou petição.

DESPACHO DEFINITIVO - É o despacho que vem a solucionar ou decidir uma questão, definindo-a em um de seus pontos essenciais. Pode ser despacho final ou não, contanto que, por ele, se decida a questão. O caráter definitivo não se funda, pois, no fato da paralização do curso da ação, mas, além dele, em se haver dado uma solução a ponto essencial dela, em virtude do que se evidencia a paralização, ou o seu fim. Quando não ocorre qualquer elucidação ou decisão a ponto da questão, que se mostre contido no próprio objeto dela, será apenas "terminativo", e não "definitivo".

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO - É o despacho proferido por autoridade judicial, em processo sob sua direção, antes que se entenda levado às suas mãos para a sentença definitiva ou decisão final, com o fim de resolver dúvidas ou dirimir questões surgidas no curso de ação. É o despacho proferido no meio do processo para determinar providões ou ordenar diligências necessárias ao andamento do mesmo e esclarecimento da controvérsia.

DESPACHO SANEADOR - É a decisão ou deliberação tomada pelo Juiz, a respeito do processo que lhe vai às mãos após a contestação ou reconvenção, em virtude da qual livra o mesmo de todas as irregularidades e vícios, para que prossiga sem qualquer nulidade. E assim cheque na audiência de instrução e julgamento.

DIÁRIAS - Para o Direito Administrativo, tem o sentido de abono ou gratificação, na base de dia, que se dá ao funcionário efetivo por diligência, serviço extraordinário ou comissão que lhe é confiada.

DIFAMAÇÃO - Ato de difamar; descrédito, calúnia.

DIFUSO - Em que há difusão; disseminado, divulgado.

DILAÇÃO - Adiamento, prorrogação

DILAÇÃO PROBATÓRIA - É o prazo que se concede aos litigantes (autor e réu), a fim de que produzam as provas, pedidas inicialmente, na petição e na contestação.

DILIGÊNCIA - Saída do juiz ou serventuário da justiça, para presidir ou praticar fora dos auditórios ou dos cartórios, qualquer ato do seu ofício (audiências, vistorias, arrecadações, citações, penhoras, avaliações, buscas e apreensões, etc). É o ato ou solenidade promovida por ordem do juiz, a pedido da parte ou não, para que se cumpra uma exigência processual ou se investigue a respeito da própria questão ajuizada.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

DIREITO - Sob o ponto de vista didático, é a ciência que estuda as regras obrigatórias, que presidem as relações dos homens em sociedade, encaradas não somente sob o seu ponto de vista legal, como também sob o seu ponto de vista doutrinário, abrangendo, assim, não só o direito no seu sentido objetivo como subjetivo, o direito mostra-se como uma faculdade ou uma prerrogativa (privilégio, vantagem) conferida à pessoa (sujeito ativo do direito), em virtude da qual a cada um se atribui o que é seu, não permitindo que outrem venha prejudicá-lo em seu interesse porque a lei protege-o em toda a sua plenitude. A todo direito de alguém, corresponde a obrigação de respeitá-lo por parte de outrem.

DIREITO ADQUIRIDO - É o Direito já conseguido, incorporado, aquele que já se incorporou ao patrimônio da pessoa, passando a ser de sua propriedade, que já constitui um bem, que deve ser juridicamente protegido contra qualquer ataque exterior, que ouse ofendê-lo.

DIREITO CONSTITUCIONAL - Este Direito foi elaborado por um poder especial, denominado constituinte, poder este instituído pela vontade soberana de um povo politicamente organizado. Trata-se do Direito Constitucional, do mais fundamental dos Direitos Públicos, já que, firma todos os princípios de ordem política e de ordem geral, seja em relação aos indivíduos que compõem a comunidade política, seja em relação a todas as instituições políticas em que se baseia a sua própria organização, como entidade política e soberana. Dele emanam os fundamentos de todos os demais Direitos Públicos ou Privados, e nele se funda, no seu sentido exato, a soberania do próprio Estado, estabelecendo a organização política e determinando os seus poderes e funções.

DIREITO POLÍTICO - É o complexo de regras e princípios que instituem os meios para que se constituam os poderes públicos (legislativo, judiciário e executivo), regulando a ação das pessoas a quem se delegam tais poderes, e firmando, mesmo, as normas à serem adotadas para nomeação ou eleição destes mesmos representantes ou delegados da soberania nacional.

DIREITO POSITIVO - É o Direito tal como é, e não como devia ser, conforme nossos sentimentos íntimos ou nossas ilusões de justiça. É o conjunto de regras em vigor que se impõem às pessoas e as instituições.

DIREITO PRIVADO - É o Direito que regula as atividades ou os interesses do homem, considerado como um “ser individual” para integrar todas as regras atinentes a estes mesmos interesses, na ordem do Direito Privado. Enquanto que, quando se toma o homem com um elemento da sociedade e se exige dele a solidariedade para com todos os outros homens e respeito às instituições constituídas, as normas reguladoras das instituições políticas, enfeitam-se no Direito Público.

O Direito Privado é o que se constitui de todo tipo de Regra que, venha organizar Juridicamente os interesses de ordem individual, nos seus aspectos civis ou comerciais, que se registram nas relações entre particulares, ou mesmo entre estes e as pessoas jurídicas de Direito Público, quando agem como particulares, não como entidades do Direito Privado.

DIREITO PÚBLICO - é o conjunto de leis que, elaboradas para regular os interesses de ordem coletiva, ou seja, precipuamente, a organização das instituições políticas de um país, as relações dos poderes públicos entre si, e destes com os elementos particulares, não quando encarregados isoladamente, mas como membros da coletividades, e na defesa dos interesses da sociedade.

DIREITOS COLETIVOS - É a expressão utilizada para assegurar “direitos” a grupos. O Estado assegura a grupos determinados direitos elencados na Constituição Federal.

DIREITOS INDIVIDUAIS - É a expressão geralmente usada no plural, para indicar os direitos que são inerentes (próprios, inatos) ao homem, como elemento componente da sociedade. São os direitos próprios do homem, e que lhe são garantidos pelo próprio Estado. Exemplo: o direito de locomoção, o direito a liberdade, etc.

DIREITOS POLÍTICOS - Consistem na faculdade concedida a todo cidadão de participar da administração pública, direta ou indiretamente, sendo eleito para os seus cargos eletivos ou de representação, ou do sufrágio, que escolhe os delegados ou representantes do povo.

DISPONIBILIDADE - No Direito Civil significa a situação de afastamento do funcionário do exercício de suas funções, pelo qual fica posto à margem, por tempo indeterminado, sem qualquer prejuízo relativo aos proventos e vantagens do cargo, podendo, a qualquer momento, ser chamado para o serviço ativo, no cargo anterior ou em outro cargo qualquer. É um mero afastamento do serviço ativo, sem o caráter definitivo.

DISTRIBUIÇÃO - Na linguagem forense, entende-se como o ato pelo qual se promove o registro e a regular repartição das causas ajuizadas entre os juízes de igual jurisdição e competência. A distribuição faz-se alternada e obrigatoriamente, no sistema de nossas leis processuais, obediência ao critério de uma rigorosa igualdade entre juízes e escrivães.

DISTRIBUIDOR - É a denominação que se dá ao funcionário da justiça, a quem se atribui o encargo de promotor as distribuições dos feitos ou demais papéis forenses, entre os juízes, escrivães e tabeliões.

DOGMA - Ponto fundamental e indiscutível duma doutrina religiosa.

DOLO - Qualquer ato consciente com que alguém induz, mantém ou confirma outrem em erro; má-fé, logro, fraude, astúcia; maquinação. Vontade conscientemente dirigida ao fim de obter um resultado criminoso ou de assumir o risco de o produzir.

DOMICÍLIO - É o lugar onde a pessoa tem sua habitação ou que mantém sua residência habitual. Em uma acepção propriamente jurídica, significa o centro ou sede de atividades de uma pessoa, o lugar em que mantém o seu estabelecimento ou fixa a sua residência com ânimo definitivo.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - É a soma de certa importância consignada no orçamento para atender o pagamento de certa ordem de serviços públicos. É representada pelas verbas inscritas na Coluna da Despesa Pública, dentro da qual está contida a autorização para o empenho e pagamento da despesa a que se refere.

E

EDITAL - É o ato pelo qual se faz publicar pela imprensa, ou nos lugares públicos, certa notícia, fato ou ordenança, que deva ser divulgada ou difundida, para conhecimento das próprias pessoas nele mencionadas, como de quantas outras possam ter interesse no assunto, que nele se contém.

EFEITO DEVOLUTIVO - É o principal e geral efeito dos recursos. Por meio dele, as partes levam ao Tribunal (Juízo "ad quem") o conhecimento integral da causa objeto do recurso.

EFEITO SUSPENSIVO - Efeito secundário dos recursos, quando estabelecido em lei, determina a paralisação do processo enquanto não apreciado o recurso interposto.

ÉGIDE - Escudo; defesa, proteção.

ELUCIDAR - Tornar compreensível; esclarecer; explicar.

EMANCIPAÇÃO - É o próprio ato de liberdade paterna, de liberdade legal ou concessão Judicial, em virtude do qual se antecipa a maioridade de uma pessoa, atribuindo-lhes plena capacidade jurídica para gerir seus negócios e dispor de seus bens. A emancipação pode ser promovida de duas formas: 1ª por concessão; 2ª por determinação legal. A concessão é outorgada pelos pais, quando maior de 18, ou decretada pelo Juiz, se a pessoa a ser emancipada for órfã. Já, determinação legal se dá nos seguintes casos: casamento, exercício de emprego público efetivo.

EMANCIPAÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - Ela se dá para o menor de 21 anos, quando do casamento, exercício de emprego público, sentença judicial, pelo estabelecimento civil ou comercial com economia própria.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Dizem-se aqueles que se interpõem contra a sentença para que se esclareçam obscuridades, ambigüidades, contradições ou omissões nela apontadas. O prazo para interposição é de 5 dias.

EMBARGOS DE TERCEIRO - Meio defensivo utilizado por quem intervém na ação de outrem por haver sofrido turbacão ou esbulho na sua posse ou direito, em virtude de arresto, depósito, penhora, seqüestro, venda judicial, arrecadação, partilha, etc.

EMENTA - De modo geral, indica toda espécie de apontamento, anotação. No sentido próprio do Direito, significa o resumo que se faz dos princípios expostos em uma sentença ou em um acórdão, ou o resumo do que se contém numa lei, provisão, alvará, decreto, levado à assinatura da autoridade a quem compete referendá-la ou decretá-la.

EMPÍRICO - Baseado apenas na experiência e, pois, sem caráter científico.

EMPOSSADO - Investido na posse.

ENCARCERAR - Encerrar ou prender em cárcere.

ENTRÂNCIA - Esse vocábulo é utilizado para indicar a fase inicial ou o começo de estágio de um emprego ou função. Cada entrância é uma nova etapa. Primeira entrância indica a primeira fase da carreira ou início dela, a que se segue a segunda entrância, etc. Em regra, para passar de uma entrância a outra, exige-se o decurso de certo tempo ou a satisfação de provas de habitação ou Concurso, relativos às funções ocupadas. Tem o significado de graduação de cargo. As entrâncias são etapas da carreira, que se percorrem gradualmente, conforme regras da administração, seja por merecimento, seja por antiguidade.

ENSEJAR - Esperar a oportunidade de alguma coisa.

EPÍGRAFE - Título ou frase que serve de tema a um assunto;

ERÁRIO - Significa tesouro público, ou seja, o conjunto de bens ou valores pertencentes ao Estado.

ESBULHO - É o atestado ou ato pelo qual se dá testemunho de um fato. A certidão expressa exatamente toda cópia autêntica, feita por pessoa que tenha fé pública, de teor de ato escrito, registrando em autos ou em livros. Representa a reprodução do ato feito e ali conserva, no próprio ofício ou repartição pública.

ESCRIVÃO - É o oficial público que, junto de uma autoridade judicial ou tribunal, tem encargo de tornar escrito todos os atos de um processo ou determinados pela mesma autoridade ou tribunal. É o serventuário da justiça, que se encarrega de escrever, na devida forma ou estilo forense, os processos, mandados, atos, termos determinados pelo magistrado ou Tribunal, em cujo juízo atua, diligenciando ainda para que executem todas as ordens emanadas dos mesmos.

ESCRUTÍNIO - Votação em urna.

ESCUSOS - Esconso; escondido, recôndito.

ESDRÚXULO - Esquisito, extravagante, excêntrico.

ESPÓLIO - Bens que alguém, ao morrer, deixou.

ESTABILIDADE - Tem o sentido de permanência que se firma ou que se faz firme, mas difere da vitaliciedade, pois, a estabilidade firma-se pelo transcurso de certo tempo, estabelecido por lei; já a vitaliciedade firma-se desde logo, pela nomeação e

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

investidura do cargo. Os funcionários estáveis podem ser postos em disponibilidade e serem demitido por força de inquérito administrativo. É que, em regra, eles são admitidos sob a cláusula de “enquanto bem servirem”. Os vitalícios são nomeados sem essa condição e por toda sua vida. Nos termos da atual Constituição Federal, são vitalícios somente os magistrados, os ministros do Tribunal de Contas, os titulares de ofício de justiça e os professores catedráticos. A vitaliciedade não impede a aposentadoria do funcionário, por invalidez, ou compulsoriamente.

ESTADO DE DIREITO - É toda situação criada por ato jurídico ou em virtude de regra legal.

ESTADO DE NECESSIDADE - Na terminologia jurídica, constitui-se perigo atual e iminente, em virtude do qual não pode a pessoa fugir da prática do fato considerado criminoso, pois que com tal prática evita o sacrifício do direito seu ou alheio, que não lhe era razoável sacrificar. É uma das causas excludentes da antijuridicidade previstas na Lei Penal.

ESTRITO CUMPRIMENTO DE UM DEVER LEGAL - Na terminologia jurídica, é o cumprimento de uma obrigação funcional ou legal, a qual não pode se furtar a pessoa. Mesmo que, no cumprimento dessa obrigação pratique um crime, sua conduta será considerada correta e jurídica. É uma das causas excludentes da antijuridicidade previstas na Lei Penal.

EXAÇÃO - Cobrança rigorosa de dívida ou de impostos.

EX OFFICIO - É locução latina que se traduz oficialmente, isto é, significa o ato processual determinado pelo juiz, segundo os termos da lei, sem que se torne necessário pedido ou requerimento das partes.

EXCEÇÃO DA VERDADE - Significa o meio de defesa que se faculta ao acusado por crime de calúnia ou injúria, para vir provar o fato incriminado, ou seja, a imputação por ele feita à pessoa, que se julga injuriada ou difamada. No entanto, a exceção da verdade só é admitida se o ofendido for funcionário público e a ofensa for relativa ao exercício de suas funções.

EXCEPCIONAR - Opor exceção a, em juízo.

EXCIPIENTE - É o autor na exceção, que é uma ação dele contra o autor da ação principal. A ele cabe todo o ônus da prova, ou seja, todo o dever de provar: é o réu quem afirma, claramente, a ele compete provar o que alega.

EXCLUDENTES DE ANTIJURIDICIDADE - São causas que excluem a ilicitude da conduta do autor do crime. O que era crime, deixa de sê-lo. São elas: legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de um direito.

EXECUÇÃO - Possui na terminologia jurídica uma, variedade de acepções, todas elas tendentes a mostrar a intenção ou o desejo de levar até o fim alguma coisa ou de realizar um plano ou projeto concebido anteriormente, ou concluir o que fora iniciado. Assim, significa o ato ou a ação, que não vem isolada. Surge como “complemento”, cumprimento ou conclusão de coisa ou de fato já existentes anteriormente. Pela execução, completa-se, conclui-se ou se cumpre o que anteriormente estava determinado, decidido ou projetado.

EXECUÇÃO DA SENTENÇA - Compreende a série de atos, atinentes à promoção da sentença, a fim de que se cumpram as determinações que nela se contém. É a fase final da ação. E, nela, o credor “persegue” o devedor, para que cumpra o decisório judicial, que o condenou, até que se tenha concluído a cobrança do crédito, que é de seu direito. A “execução” da sentença, mostra a exigibilidade por parte do vencedor da satisfação de obrigações de ordem econômica ou patrimonial, que lhe foram atribuídas pela sentença. Tal execução se dá dentro da própria ação. A ação não termina com a sentença. E com ela se prossegue, na execução, o “jus persequendi in iudicio”, até que se torne satisfeito o pedido inicial do autor, a fim de que seja efetiva a satisfação da dívida ou o cumprimento da prestação - “quod sibi debet”.

EXEQUÍVEL - Que se pode executar, executável, factível; possível.

EXERCÍCIO DO CARGO - É o desempenho do cargo, ocupação ou emprego. Diz-se interino, quando desempenhado sem estabilidade, isto é, em caráter transitório. Efetivo, quando exercido em caráter permanente, sem tempo certo.

EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO - No direito penal, diz-se do exercício autorizado ou legal, assim dito em oposição ao exercício irregular ou ilegal do direito. É uma das causas excludentes da antijuridicidade previstas na Lei Penal.

EXONERAÇÃO - É a desobrigação ou a liberação de uma obrigação ou de um encargo. No sentido do Direito Administrativo, Exoneração é a dispensa do funcionário ou empregado do cargo que ocupa a função que desempenha. Difere da demissão, pois esta é a dispensa do cargo ou função como penalidade, por não servir o funcionário segundo os princípios instituídos.

EXPROPRIAÇÃO - Significa a ação e efeito de ser um proprietário privado de sua propriedade. Possui sentido mais amplo que a desapropriação, visto que tanto significa a venda forçada que o proprietário faz de sua propriedade em benefício ou utilidade pública, como quer dizer o ato pelo qual é a pessoa, por ação intentada em juízo, desapropriada de sua propriedade.

EXTRADIÇÃO - É o processo pelo qual um Estado fazendo valer sua lei penal solicita e consegue a entrega, pelas autoridades do outro estado (País), do criminoso que se foragiu para seu território, a fim de que seja julgado e punido pela autoridade judiciária do Estado requisitante. Assim, em sentido jurídico, a extradição é o meio legal por que se conduz o criminoso, mesmo refugiado no estrangeiro, perante a autoridade competente, para que seja julgado e condenado, segundo as regras do Direito Penal no país, em que cometeu o crime, ou mesmo em país estrangeiro, em se tratando de crime sujeito à ultraterritorialidade. A Concessão da extradição assenta em convenções internacionais em que se esbaselece a reciprocidade, entre os países contratantes.

EXTRAJUDICIÁRIO - Que não se realiza perante a autoridade judiciária; extrajudicial.

EXTRÍNSECO - Que é exterior; não pertencente à essência de uma coisa.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

EXTRATERRITORIALIDADE - Situado fora do território.

F

FÁTICO - De ou relativo a fato jurídico.

FAZENDA PÚBLICA - É denominação genérica a qualquer espécie de fazenda, atribuída às pessoas de Direito Público. Nela, assim, se computam as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

FAZENDA PÚBLICA - É denominação genérica a qualquer espécie de fazenda, atribuída às pessoas de Direito Público. Nela, assim, se computam as Fazendas Federais, Fazendas Estaduais e Fazendas Municipais. E, desta forma, Fazenda Pública é sempre tomada, em amplo sentido, significando toda soma de interesse de ordem patrimonial ou financeira da União, dos Estados Federados ou do Município, pois que, sem distinção, todas se compreendem na expressão. Os administradores da Fazenda Pública são o Ministro da Fazenda, em relação à Federal e os Secretários de Fazendas ou Prefeitos, em relação às demais.

FEITO - Na terminologia forense é empregado em sentido equivalente a causa, pleito, demanda ou processo.

FIRMA - Entende-se a assinatura do nome de uma pessoa aposta (aplicada ao pé) a um documento. Nada tem a ver com empresa comercial.

FISCO - É todo aparelhamento administrativo destinado à arrecadação das rendas públicas e guarda dos bens do Estado.

FLAGRANTE DELITO - É a evidência do crime, quando ainda o criminoso ou agressor o está cometendo, ou quando, após sua prática, pelos claros vestígios de o ter cometido, é surpreendido no mesmo local, ou é perseguido, quando foge, pelo clamor público. Somente é flagrante o crime que se está praticando ou que se acabou de praticar, havendo testemunha de vista ou presença de alguém, que pronuncie a certeza de o ter visto ou presenciado.

FORMAL DE PARTILHA - Denominação que se dá à carta ou título expedido aos herdeiros, no qual se enumeram os bens que houveram na herança. É título que, após o preenchimento das formalidades de registro, dá o direito de propriedade sobre os bens assim atribuídos ao herdeiro.

FORO - No sentido forense, significa “o espaço de uma divisão territorial, onde impeça a jurisdição de seus juízes e tribunais”. Embora muitas vezes “foro” e “juízo” se apresentem como sinônimos, há, entre eles, sutil distinção: o “foro” revela a extensão territorial, os limites territoriais, em que se concretiza o “juízo”, onde a causa piore e deve ser tratada. Evidenciada a competência do “foro”, é que se encontra o “Juízo”, para que se determine, a seguir, a competência do julgador. O foro mostra a extensão territorial dentro da qual a causa pode ser intentada. O juízo mostra a extensão jurisdicional ou a jurisdição do juiz, contida no foro.

FRAUDE - É a ação astuciosa promovida de má fé, para ocultação da verdade ou fuga ao cumprimento do dever. A fraude traz consigo o sentido de engano. É a intenção de causar prejuízos à terceiros.

FUNDAÇÃO - Na terminologia jurídica, significa, de modo geral, a instituição ou estabelecimento, princípio ou origem de alguma coisa. É indicativo do ato criador ou gerador de certas instituições ou associações, em virtude do qual elas se personalizam, e possam a merecer o apoio da lei. É, na realidade, a série de atos ou ações que visam a instituir ou lançar os fundamentos de uma obra ou de uma organização, segundo regras e formalidades indicadas em lei. Elo direito civil, “fundação” significa a instituição que se forma ou se funda, pela constituição de um patrimônio ou complexo de bens, para servir a certo fim de utilidade pública, ou em benefício da coletividade.

E, assim, se caracteriza a fundação, além dos fins piores ou de benemerência tidos como objetivo principal, pelo fato de ocorrer, com a sua instituição, uma personalização patrimonial, em virtude da qual, os bens convertidos para o seu estabelecimento, autônomos, passam a ter uma configuração jurídica, toda própria, independente do indivíduos ou das pessoas físicas, que possam intervir nela. A fundação se gera pela patrimonização de bens a que se dá uma personalidade jurídica, para que possa existir por si mesma.

FUNDAÇÕES - São entidades autônomas, com patrimônio e recursos próprios, que se destinam à realização de serviços de utilidade pública ou de beneficência. Parte dos seus recursos provém de doações de pessoas físicas e jurídicas. As fundações podem ser públicas ou privadas. As fundações públicas recebem dotações orçamentárias do governo, exemplo: Fundação Padre Anchieta.

G

GRATIFICAÇÃO - Para o Direito comercial, gratificação, é toda remuneração ou bonificação, que é concedida ou dada ao empregado espontaneamente pelo patrão ou pelo empregador, em satisfação aos resultados do negócio ou como gratidão à colaboração do empregado. Não se confunde com ordenado, pois gratificação é paga não devida, mas feita voluntariamente. Já para o Direito Administrativo, significa sempre a paga adicional ao funcionário e que lhe é devida pelo efetivo exercício de uma cargo, em face de certas circunstâncias em que o mesmo se exerce. Assim, forma ao lado do vencimento ou remuneração, como compensação integral ao exercício do cargo ou emprego, embora, às vezes, possa vir como bonificação ou paga de trabalhos especiais ou serviços extraordinários.

GRATUIDADE DA JUSTIÇA - É o benefício concedido a certas pessoas, em virtude do qual se isentam do pagamento das custas judiciais e de honorários do advogado escolhido para patrocinar sua causa.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

GRAVAME - Tributo, ônus; encargo que recai sobre coisa, como o penhor, anticrese, direito real sobre coisa alheia.

GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMAÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL - É um documento que, em sua forma, tem duas finalidades distintas: permitir o recolhimento do Fundo de Garantia Do Tempo de Serviço dos trabalhadores e prestar as informações de todos os fatos geradores de contribuições à Previdência Social, envolvendo as remunerações dos trabalhadores - cujos valores servirão de base para o cálculo dos benefícios, quando a eles tiverem direito - e as condições especiais de trabalho, dentre outras. A essência da GFIP, porém, é bem mais nobre. A partir destas informações prestadas na GFIP, será possível à Previdência Social automatizar, já a curto prazo, uma série de benefícios que são concedidos aos seus segurados, o que se traduz em um grande avanço quanto a qualidade de atendimento. A meta é que, a longo prazo, todos os benefícios previdenciários sejam concedidos de forma automática, sem a necessidade dos segurados fazerem a sua solicitação nos balcões do INSS.

H

HABEAS CORPUS - É instituto jurídico que tem a precípua finalidade de proteger a liberdade de locomoção. É empregado para garantir a pessoa contra qualquer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir.

HABEAS-DATA - Ordem Judicial que assegura a qualquer brasileiro o direito de conhecer as informações relativas a sua pessoa existentes em bancos de dados do governo ou de caráter público (como o Serviço de Proteção ao Crédito, por exemplo, e para retificá-los, se necessário).

HERMENÊUTICA - Juridicamente este termo é empregado para assinalar o meio ou modo por que se devem interpretar as leis, a fim de que se tenha delas o exato sentido ou o fiel pensamento do legislador. Na hermenêutica jurídica encontram-se todos os princípios e regras que devam ser judiciosamente utilizados para a interpretação do texto legal. Interpretar é também expor, dar o sentido, dizer o fim, significar o objetivo. Em síntese, a hermenêutica é a arte de interpretar leis.

HOMOLOGAÇÃO - Exprime especialmente o ato pelo qual a tar-se com validade jurídica, para ter a eficácia legal.

I

IGNORÂNCIA DA LEI - Refere-se ao desconhecimento da lei. Firmado em um adágio latino, domina no Direito que ninguém se escusa, alegando ignorar a lei.

ILIBADA - Restituído à estima pública e/ou particular; reabilitado; justificado.

ILÍCITO - É o proibido, o vedado por lei, significa todo fato ou ato que importe em uma violação ao direito ou em dano causado a outrem.

ILICITUDE - Exprime a qualidade ou o caráter do que é contrário à lei ou ao Direito.

IMISSÃO DE POSSE - É o ato judicial que faz voltar a posse da coisa à pessoa, a quem, por direito, pertence, ou sob cuja guarda deve estar.

IMPEDIMENTO - Significa todo obstáculo, todo embaraço, toda oposição, seja de ordem física ou de ordem legal, ou mesmo de ordem moral, que vem tolher ou vedar a execução do ato ou criar situação para que ele não se pratique. No sentido legal, impedimento é a proibição ou a determinação contida em lei, para que não se pratique ou se realize determinado ato, notadamente pelas pessoas, também em lei assinaladas.

IMPEDIMENTO DO JUIZ - É o obstáculo judicial, resultante de fato de ordem material, como por regra legal, que veda o juiz de executar o ato, cuja prática lhe é defesa ou proibida.

IMPENHORABILIDADE - Condição de não ser penhorável, de não estar sujeito a penhora. Os bens tidos como impenhoráveis pela lei, ficam a salvo de qualquer apreensão, em execução judicial.

IMPERÍCIA - Uma das modalidades da culpa em matéria penal, entende-se pela falta de prática ou ausência de conhecimentos que se mostram necessários para o exercício de uma profissão, de um ofício ou de uma arte qualquer.

IMPETRAR - Rogar, suplicar, pedir, requerer recurso ou medida judiciária, como habeas corpus ou mandado de segurança.

IMPINGIR - Dar violentamente; pespegar, vibrar, aplicar:

IMPROBIDADE - Em matéria administrativa e trabalhista, revela a desonestidade, a falta de retidão. O empregado ou funcionário que se enquadra na improbidade dá razão para sua demissão ou exoneração.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - Improbidade revela a qualidade do homem que não procede, age bem, por não ser honesto, não ter caráter, por não atuar com decência, por ser amoral. A improbidade administrativa são os crimes praticados pelo servidor público, servidor este que age com desonestidade, amoralmente.

IMPRONUNCIAR - Julgar improcedente a denúncia ou queixa contra (o acusado), evitando seja ele submetido ao julgamento do Tribunal do Júri.

IMPRUDÊNCIA - Uma das modalidades da culpa em matéria penal, resulta da imprevisão do agente em relação às conseqüências de seu ato ou ação, quando deveria e poderia prevê-las. Falta involuntária, ocorrida na prática de determinada ação.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

Baseia-se na desatenção culpável do agente, em virtude da qual ocorreu um mal, que podia e deveria ser atendido ou previsto pelo imprudente.

IMPUGNAÇÃO - Ato ou efeito de impugnar; contestação. Conjunto de argumentos com que se impugna.

IMPUNIBILIDADE - Condição ou qualidade do que não deve ser punido. Impunível.

IMPUTAÇÃO - É a declaração ou atribuição, que se faz, de que a ação pertence a uma pessoa ou foi praticada pela mesma. É o ato pelo qual se declara que alguém, como autor ou causador de uma ação, como efeito, de que é causa, deve responder pelas consequências da mesma ação.

IMPUTAR - Atribuir responsabilidade.

IMUNIDADE - É o "privilégio" outorgado à alguém, para que se livre ou se isente de certas imposições legais, em virtude do que não é obrigado a fazer ou a cumprir certo encargo ou certa obrigação determinada em caráter geral. Em princípio é atribuída a certas pessoas, em face de funções exercidas (parlamentares, diplomatas, etc).

IN CONTINENTI - É locução latina empregada para exprimir imediatamente, sem demora, sem qualquer perda de tempo.

INDICIADO - Indivíduo submetido a inquérito policial ou administrativo, e que, com a posterior propositura, em juízo, da ação penal, passa a denominar-se

IN DUBIO PRO REO - locução latina que se traduz em caso de dúvida, a decisão deverá favorecer o réu, em se tratando de matéria penal.

IN FINE - No fim.

INADIMPLEMENTO - Não cumprimento ou não satisfação daquilo a que se está obrigado, dentro do prazo convencionado. Seria o não pagamento de uma dívida.

INAMOVIBILIDADE - No sentido jurídico, significa inalterabilidade da posição ocupada pela pessoa, no sentido de não poder ser removida de onde se acha para outro local, se não anui a essa mudança. Em regra, é garantia assegurada aos magistrados, salvo por promoção aceita, remoção a pedido, ou em virtude de decisão do tribunal competente, diante de interesse público.

INATIVO - Assim se diz do funcionário público, seja civil ou militar, que se encontra fora da atividade. É o funcionário aposentado, por exemplo.

INCAPACIDADE - É a falta de qualidades ou a ausência de requisitos indispensáveis para o exercício e gozo de direitos. Pode ser geral ou especial, relativo ou absoluta, a incapacidade atua no sentido de impedir que a pessoa tida como incapaz possa obrigar-se, contratar, dispor de bens, fazer testamentos, comparecer em juízo, exercer certas funções públicas, receber certos benefícios ou praticar validamente atos jurídicos, para cujo desempenho ou exercício é indispensável semelhante aptidão jurídica. Embora sempre prevista ou conotada em lei, a incapacidade decorre de fatos naturais ou se funda em determinação legal.

INCIDIR - Na linguagem jurídica significa, incorrer, infringir, transgredir.

INCISO - É geralmente empregado como sinônimo de alínea. Diz-se a subdivisão de um artigo de lei, quando, a seguir de seu texto, se abre uma nova linha, precedida de letra ou número.

INCONCUSO - Incontestável, irrecusável, irrefragável

INCOMPETÊNCIA - Na terminologia jurídica, exprime a "falta" de poder da pessoa para que possa praticar o ato jurídico. Em sentido técnico significa a falta de poder da autoridade ou do Juiz do Tribunal para tomar conhecimento de uma causa ou de questão submetida à sua decisão. A incompetência não é a falta de jurisdição, mas, sim, na ausência ou falta de poder de julgar, dentro da jurisdição conferida à autoridade, porque esta, ela tem, mas não tem a competência, que se faz necessária.

INCONSTITUCIONALIDADE - Na terminologia jurídica, exprime a qualidade do que é inconstitucional contravém a preceito, regra ou princípio instituído na Constituição. A inconstitucionalidade, pois, é revelada por disposição de lei ou decreto, ou por ato emanado de autoridade pública, que se mostrem contrários ou infringentes de regra fundamental da Constituição.

INCONSTITUCIONAL - O que se opõe à Constituição. Parte-se do princípio de que a Constituição é nossa lei máxima e daí a sua supremacia.

INCONTROVERSO - Incontestável, irrefragável, certíssimo, inconcusso, incontrovertido

INCORPORAÇÃO - Significa, em sentido geral, a inclusão, a união, a introdução ou a ligação de uma coisa no "corpo" de outra, a que ficará pertencendo, ou a agremiação, congregação, agrupamento promovido entre pessoas para a formação de um só "corpo".

INCOLUMIDADE - Qualidade de incólume, livre de perigo, são e salvo, ileso.

INCURSOS - Ato de incorrer; incursão, invasão.

INDEFERIMENTO - Contrário à deferir.

INDENIZAÇÃO - É toda compensação ou retribuição monetária feita por uma pessoa a outrem, para reembolsar de despesas feitas ou para ressarcir de perdas tidas. E neste sentido, indenização tanto se refere ao reembolso de quantias que alguém despendeu por conta de outrem, ao pagamento feito para recompensa do que se fez ou para reparação de prejuízo ou dano que se

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

tenha causado a outrem. É, portanto, toda reparação ou contribuição pecuniária, que se efetiva para satisfazer um pagamento, a que se está obrigado ou que se apresenta como um dever jurídico.

INDICIADO - Designa a pessoa a quem se fez uma imputação criminal, em virtude do que se iniciou contra ela uma ação penal. É termo empregado pela Polícia Judiciária no inquérito policial. Após a denúncia, denomina-se denunciado ou réu.

INDUZIR - Causar, inspirar, incutir: induzir medo.

INERENTE - Exprime o qualificativo o que “vem unido” ou o que está ligado a coisa, é próprio, é inato a coisa. O inerente vem junto com a coisa, nasce com a coisa, não é mero atributo dela.

INESCUSÁVEL - É o que não pode ser dispensado ou justificado, pois tornaria livre a pessoa das sanções impostas por sua falta ou omissão.

INQUÉRITO - É ato ou procedimento de investigar ou sindicar a respeito de certos fatos que se desejam esclarecer. Visa apurar a existência de certos fatos ou de se ter informação exata e completa a respeito deles. Pode haver inquérito Judicial, Policial ou Administrativo.

INSTÂNCIA - É grau de jurisdição ou de hierarquia jurisdicional. A primeira instância é determinada pelo Juízo em que se iniciou a demanda, ou onde foi proposta a ação. A segunda instância é a que se institui em Tribunal ou Juízo de grau superior, quando para ele se recorre de decisão ou sentença. Não confundir instância (grau de hierarquia jurisdicional) com entrância (grau de carreira funcional de Juiz).

INSTITUTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - Os IAPs, modelos de pensões vinculadas a gênero ou categoria profissional, foram organizados a partir de 1933 de forma a abranger as mesmas categorias em todo o território nacional. Muitas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) foram transformadas em IAPs, como foi o caso dos trabalhadores de trapiches e armazéns, que passou a constituir o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas (IAPETC).

INSTRUMENTO PARTICULAR - É aquele que é feito e assinado pelas partes, por escrito particular ou privado, no qual não se intervém qualquer notário ou tabelião público.

INSTRUMENTO PÚBLICO - Ato escrito ou documento produzido ou processado por serventuário público, dentro dos limites de suas funções e atribuições.

INSUSCETÍVEL - Não suscetível; incapaz. Ex.: É um juiz insuscetível de corrupção.

INTERDIÇÃO - Ato judicial que declara a incapacidade real e efetiva de determinada pessoa maior para a prática de certos atos da vida civil, na regência de si mesmo e de seus bens.

INTERPOLAR - Interromper, suspender.

INTERROGATÓRIO - Significa a soma de perguntas ou indagações, promovida pelo juiz, no curso de um processo, a uma das partes litigantes ou ao acusado.

INTERSTÍCIO - Pequeno intervalo entre as partes de um todo;

INTERVENÇÃO - Ato pelo qual, no protesto de um título cambiário por falta de aceite ou pagamento, um terceiro declara que o aceita ou resgata por honra ou conta do sacador, do aceitante, ou de um dos endossatários. :

INTRÍNSECO - Que está dentro de uma coisa ou pessoa e lhe é próprio; interior, íntimo: amor intrínseco.

INVESTIDURA - É o ato jurídico, em virtude do qual se dá posse à pessoa para desempenho de cargo ou função, para que foi designada ou nomeada. Exprime o próprio ato da posse, ou a solenidade, que assegura o exercício do mesmo cargo ou função.

INVIOABILIDADE - É a prerrogativa ou privilégio outorgado a certos avisos ou pessoas, em virtude do que não podem ser atingidos, molestados ou violados. Traduz a qualidade de imunidade as pessoas.

ISONOMIA - Na terminologia jurídica, significa a igualdade legal para todos.

Isonomia de vencimentos - Igualdade de vencimentos.

ITER CRIMINIS - Entende-se o percurso completo do crime, para que se atinja a meta desejada. É a combinação dos vários atos sucessivos, que devem ser praticados pelo criminoso, para que atinja o fim desejado (consumação do crime).

J

JUDICANTE - Que julga; judicativo. Que exerce as funções de juiz.

JUDICIÁRIO - Este vocábulo é empregado na linguagem forense, para designar tudo o que se refira à justiça ou ao juiz. Substantivamente, é utilizado para designar um dos poderes públicos, a que se confere autoridade para administrar a Justiça.

JUIZ - Magistrado que tem a seu cargo a administração da justiça.

JUIZ DE PAZ - Chamado também de juiz distrital, é aquele que atua como magistrado em determinado distrito, segundo a marcação feita pela Câmara municipal. Sua função é a de realização de casamentos dentre outras funções não - jurisdicionais.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

S:<DICIO>JUIZ TOGADO - É termo empregado para referir-se a juiz formado em Direito, com distinção ao juiz leigo, por exemplo, o juiz classista.

JUIZADO - Derivado de juízo, embora, às vezes, seja usado no mesmo sentido dele é mais propriamente empregado para indicar a sede do juízo, isto é, a repartição em que se está instalado o juízo e onde o juiz dá os seus despachos e suas audiências. Em consequência, juizado, designa também o cargo ou ofício do juiz.

JUÍZO - Em sentido restrito, é tido na mesma significação de juizado, ou seja, o local em que o juiz exerce suas funções ou funciona no exercício de sua jurisdição ou de seu próprio ofício. Em sentido amplo, significa a “discussão da causa” perante a autoridade competente.

JURADOS - São as pessoas chamadas ao Tribunal do júri, para deliberarem a respeito dos fatos, submetidos à suas apreciações, opinando pela sua procedência ou improcedência. Do resultado de suas opiniões ou deliberações, acerca dos fatos que são levados a seu conhecimento, decorre o julgamento, que lhe é atribuído. Desta forma, embora sua função seja a de conhecer simplesmente sobre a matéria de fato, não deixa de ser considerado um juiz. E para que se distinga do juiz que julga em face das leis, diz-se Juiz de fato. A função do jurado, é, além de seu caráter judiciário, tida como dever cívico. Assim, não se pode recusar seu cumprimento, sem motivo, justo e autorizado em lei. O jurado faltoso (que não comparece ao júri quando convocado a ele), é possível de multa cobrável executivamente em favor do fisco. O jurado é previamente alistado. Neste alistamento não se podem incluir os menores de 21 anos. Os maiores de 60 anos, que forem incluídos nele, podem pedir sua exclusão.

JÚRI - Consiste em um Tribunal popular de justiça composto de um juiz de direito, que é seu presidente, seus auxiliares de justiça e os jurados, que são pessoa leigas nas leis penais.

Em cada sessão de julgamento aos jurados cabem apreciar apenas a matéria de fato dos delitos submetidos à sua decisão, cabendo ao presidente, a parte jurídica do veredicto. É da sua competência o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Ao jurado compete julgar o crime ou delito e não aplicar a pena, esta será imposta pelo juiz-presidente, que a graduará segundo as circunstâncias que envolveram os fatos.

JURIS ET JURE - Expressão latina aplicada para distinguir a presunção que, sendo inatacável ou indestrutível, é instituída ou estabelecida pela própria lei (Presunção Absoluta), a qual não admite prova em contrário.

JURIS TANTUM - Expressão latina - serve para designar a Presunção Relativa, a qual, embora estabelecida pelo Direito como verdadeira, admite prova em contrário - “de direito até que se prove o contrário”.

JURISDIÇÃO - É usado precisamente para designar as atribuições especiais conferidas aos magistrados, encarregados de administrar a Justiça. Exprime a extensão e o limite do poder de julgar de um juiz. Este vocábulo é utilizado para designar as atribuições especiais conferidas aos magistrados (juizes), encarregados de administrar a justiça. É a extensão e limite do poder de julgar de um juiz. É todo poder ou autoridade conferida ao juiz, em virtude da qual pode conhecer de certos fatos e os resolver. A jurisdição se divide em várias espécies, como por exemplo: jurisdição quanto ao órgão que a exercita: federal, estadual ou municipal; jurisdição quanto a natureza e espécie: civil, comercial, penal, militar, eclesiástica, administrativa; etc. Em suma, é a extensão do território na qual um juiz exerce seu poder de julgar. A Jurisdição do Supremo Tribunal de Justiça estende-se a todo território brasileiro.

JURISPRUDÊNCIA - É o modo pelo qual os tribunais interpretam e aplicam as leis, dando-lhes “vida” e verdadeiro sentido. Série continuada de julgados judiciais. É o conjunto de decisões acerca de um mesmo assunto ou a coleção de decisões de um Tribunal.

L

LACÔNICO - Conciso, breve, resumido

LAICO - Que vive no, ou é próprio do mundo, do século; leigo.

LATO SENSU - Em sentido lato, amplo.

LEGIFERAÇÃO - ato de legislar.

LEGISLAÇÃO - Etimologicamente é o conjunto de leis, dadas à um povo. Juridicamente, é a soma de regras instituídas regularmente a respeito de semelhantes matérias, por exemplo: Legislação Fiscal, Legislação do imposto de Consumo, etc.

Em sentido mais amplo e vulgar, significa o conjunto de leis decretadas ou promulgadas, seja em referência a certa matéria, ou em caráter geral: Legislação Civil, Legislação Brasileira, etc. Também pode ser empregado na acepção de ato de legislar, ou seja, de elaborar as leis.

LEGISLADOR - É aquele que legisla, tomando-se, aqui, legislar em seu sentido originário não somente de fazer leis, mas também de dar ou impor as leis. No sentido atual, é a pessoa que faz, elabora ou produz a lei. Ou seja, é todo aquele que integra um corpo legislativo, ou a instituição a que se atribui o poder de legislar ou ditar as leis do país. São, pois, legisladores os deputados e senadores federais, os deputados estaduais, os vereadores.

LEGÍTIMA DEFESA - Na linguagem do Direito Penal, diz-se de toda repulsa levada a efeito pela pessoa que sofre um ataque injusto a seu corpo ou a seus bens. É uma das causas excludentes da antijuridicidade da conduta previstas na Lei Penal.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

LEI - No conceito jurídico, é a regra jurídica escrita, instituída pelo legislador, no cumprimento de um mandato, que lhe é outorgado pelo povo. É a lei que institui a ordem jurídica, em que se funda a regulamentação, evolutivamente estabelecida, para manter o equilíbrio entre as relações do homem na sociedade, no tocante a seus direitos e seus deveres.

LEI COMPLEMENTAR - É uma lei que complementa normas previstas na Constituição. A lei complementar só pode ser aprovada se obtiver maioria absoluta (mais de 50% dos votos do congresso).

LEI ORDINÁRIA - Lei aprovada pelo Congresso Nacional por maioria simples.

LICENÇA À GESTANTE - Também denominada Licença Maternidade, trata-se de um benefício previdenciário. Toda empregada-gestante tem o direito a 120 dias de licença por ocasião de nascimento de seu filho, ou seja, ela poderá ficar 120 dias sem trabalhar, mas recebendo sua remuneração normal, sem qualquer prejuízo. Essa licença é paga pelo empregador que efetivará sua compensação junto à Previdência Social quando do recolhimento das contribuições sobre as folhas de salário. No caso da empregada doméstica, será paga diretamente pela Previdência Social.

LICENÇA PATERNIDADE - É uma licença concedida ao empregado que se tornou pai, claro, pela ocasião do nascimento de seu filho. Tem duração de cinco dias.

LÍCITO - É tudo aquilo que se pode fazer, porque não é vedado por lei. Assim, lícito não é somente o que está autorizado por lei, mas também o que não é proibido por lei. É o justo, o legítimo, o legal, o permitido, o regular.

LIDE - Significa a demanda ou a questão forense ou judiciária, em que as partes contendoras procuram mostrar e provar a verdade ou a razão de seu direito. Lide tem um sentido mais amplo que demanda; lide é a demanda já contestada ou aquela em que a luta entre as partes está travada. É a formação já do litígio, nem sempre ocorrente em toda demanda, quando o réu não vem contestar, nem se opor às pretensões do autor.

LIMINAR - Este termo quer exprimir “desde logo”, “sem mais tardança”, “sem qualquer outra coisa”, quer indicar tudo o que se faz inicialmente em começo. Difere de preliminar, pois, “Liminar” é o que vem no início, “preliminar” é o que deve ser resolvido antes.

LINHA ASCENDENTE - É empregado para designar a pessoa de quem outra procede, em linha reta. É o mesmo que antepassado. Exemplo: pais, avós, bisavós etc..

LINHA COLATERAL - Na relação de parentesco, compõem-na os irmãos, tios, sobrinhos e primos.

LINHA DESCENDENTE - É empregado para designar a pessoa a quem outra sucede, em linha reta, no Direito de Família. Exemplo: filhos, netos, bisnetos etc..

LITIGANTES - Denominação dada às partes que discutem em juízo acerca de seus interesses e direitos.

LITIGAR - Significa discutir, disputar. No sentido jurídico, quer dizer: trazer litígio sobre a coisa, pela contestação. Assim, litigar é mais que demandar, pois quando se demanda se vem simplesmente pedir o que se julga de direito, já quando se litiga, discute-se, disputa-se, luta-se pela integridade ou respeito de um direito.

LITÍGIO - É a controvérsia ou discussão formada em juízo, a respeito do direito ou da coisa, que serve de objeto da ação ajuizada. É a contestada. Pela contestação o juízo se forma. Assim, somente há litígio em processo contencioso, onde haja formação de juízo para discussão da causa.

LITIS-PENDÊNCIA - Significa a lide ou o processo que não foi decidido ou terminado: está em curso, está pendente. Quer exprimir, pois, a “causa pendente” ou, a “existência de causa pendente”. É a existência de causa não julgada, ainda em andamento, em processo regular. A identidade de causas, justificativa da “exceção de litis-pendência”, é conseqüente da existência de duas ou mais litis-pendências, isto é, de duas causas idênticas, igualmente pendentes -

As causas são tidas como idênticas, quando possuem o mesmo objeto, as mesmas partes e o mesmo pedido.

LITISCONSÓRCIO - Conjunto de pessoas que participam de uma só ação, onde há pluralidade de partes entre si adversas, umas e outras empenhadas na defesa cumulativa de interesses comuns. Litisconsórcio ativo é aquele em que há pluralidade de autores e Litisconsórcio passivo é aquele em que há pluralidade de réus.

LOTAR - Colocar funcionário ou empregado em (determinado setor, repartição, etc.).

M

MÁ-FÉ - Intenção dolosa.

MAJORAR - Tornar maior; aumentar: majorar o preço de algum produto.

MANDADO - É o ato escrito, emanado de autoridade pública, judicial ou administrativa, em virtude do qual deve ser cumprida a diligência ou a medida, que ali se ordena ou determina.

MANDADO DE INJUNÇÃO - É uma ordem judicial que assegura à qualquer cidadão o exercício de um direito fundamental previsto na Constituição, caso a norma (lei complementar ou ordinária) que regulamenta esse direito ainda não tenha sido aprovada.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

MANDADO DE PRISÃO - É a ordem escrita do juiz competente, determinando a prisão da pessoa, denunciada por crime inafiançável ou já condenada por crime, que lhe foi imputado.

MANDADO DE SEGURANÇA - É o remédio constitucional destinado à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

MANDADO DE SEGURANÇA - Ordem judicial que assegura a qualquer cidadão o exercício de um direito (não protegido por habeas corpus ou habeas data, contra uma ilegalidade ou um abuso de poder cometido por qualquer autoridade.

MANDATO - É o poder dado ou outorgado à alguém, por quem o possa dar, seja pessoa física ou jurídica, para representá-la em qualquer ato. Difere de mandado, que é uma ordem judicial escrita para que se faça um diligência.

MANTENÇA - Aquilo que mantém ou sustenta, sustento, alimento, despesas com a conservação de alguma coisa.

MEEIRO - Quem tem direito à metade dos bens.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Instituição essencial ao funcionamento da justiça, cujo objetivo é a fiscalização da lei, a defesa da democracia e dos direitos individuais.

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - Ricardo Berzoini, 42 anos, foi reeleito em 2002 deputado federal, obtendo 132.131 votos, mais do que o dobro de sua votação anterior (63.313, em 1998). Esse expressivo aumento deve-se, em parte, ao crescimento do PT em nível nacional, mas, reflete, sobretudo, o trabalho e a trajetória política de Berzoini.

Berzoini foi vice-líder do PT na Câmara dos Deputados, participou como membro efetivo das Comissões de Finanças e Tributação e Comissão Especial para regulamentação do Sistema Financeiro. Foi, também, vice-presidente da CPI que investigou a privatização do Banespa.

Em maio de 2002, foi eleito pelo DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar -, pelo segundo ano consecutivo, um dos "Cabeças do Congresso Nacional". Nesse mesmo ano foi avaliado pelo jornal Folha de S. Paulo com "muito atuante".

Ricardo Berzoini participou da Coordenação da Campanha Lula Presidente, é membro do Diretório Nacional do PT e exerceu a presidência do Partido na cidade de São Paulo (1999/2000), período no qual ajudou a derrotar Maluf e eleger Marta Suplicy prefeita da cidade.

Ricardo Berzoini é casado, pai de três filhos, cursou Engenharia na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI). Funcionário licenciado do Banco do Brasil, foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, primeiro presidente da Confederação Nacional dos Bancários (CNB). Na sua gestão à frente do Sindicato, fundou a Bancoop - Cooperativa Habitacional dos Bancários - e o Projeto Travessia (que atende centenas de crianças que vivem em situação de risco nas ruas de São Paulo). Atualmente, é membro do Conselho Deliberativo do Travessia e diretor da Bancoop.

MISSIVA - Carta ou bilhete que se manda à alguém.

MÚTUO - Na linguagem técnica-jurídica, este termo é utilizado para designar o contrato de empréstimo-oneroso, em distinção ao comodato, que o é de empréstimo-gratuito. O mútuo é definido como o contrato real, pelo qual uma das partes entrega à outra coisa fungível, isto é, que possa ser substituído por outra da mesma espécie, da mesma qualidade e na mesma quantidade, assumindo essa outra parte a obrigação, tão logo se finde o prazo, que se estabeleceu no contrato, de dar ao contratante que lhe entregou inicialmente, outro tanto em qualidade e quantidade se assim se tiver estipulado. O contrato de mútuo, se resolve em duas obrigações de dar: inicialmente, o "mutante", que é o prestador, dá a coisa ao mutuário, para que a use e, mesmo, a consumo.

Vencido o contrato, o mutuário, o receptor da coisa, é obrigado a dar ao mutante outro tanto da coisa recebida, do mesmo gênero, da mesma qualidade e quantidade. É assim que o contrato se firma, de começo, pela tradição da coisa das mãos do mutante para as do mutuário. E o mutuário cumpre a sua obrigação tradicionalizando a coisa, que deve dar, ao mutante, quando esta se torna vencida. Quando o mútuo é feito à comerciante e destinado ao uso comercial, diz-se mercantil. E, se diz feneratício, quando se trata de empréstimo em dinheiro à juros.

N

NACIONALIDADE - É a qualidade ou a condição de nacional, atribuída à uma pessoa ou coisa, em virtude do que se mostram ligados à Nação, ou ao Estado a que pertencem ou de onde se originaram. Em regra, a nacionalidade é decorrente do fato do nascimento, quanto às pessoas, ou da origem ou feitura, quanto às coisas. As coisas e pessoas tem a nacionalidade do Estado, sob cuja jurisdição territorial se tenham formado (coisas) ou nascido (pessoas).

NATURALIZAÇÃO - Ato pelo qual o estrangeiro, renunciando ("abrindo mão") de sua nacionalidade de origem, adota a de outro país. Pela naturalização o estrangeiro torna-se cidadão do país, cuja nacionalidade adotou.

NEGLIGÊNCIA - Consiste na falta de diligência necessária à execução do ato. Exprime desatenção, falta de cuidados ou de precaução com que se executam certos atos. A Negligência implica na omissão ou inobservância de dever que competia ao agente, objetivado nas precauções que lhe eram ordenadas ou aconselhadas pela prudência e vistos como necessários, para evitar males não queridos e evitáveis. A negligência mostra a culpa do agente, que é responsável pelos danos do seu ato.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

NEPOTISMO - Autoridade que os sobrinhos e outros parentes do papa exerciam na administração eclesiástica.

NEXO DE CAUSALIDADE - É a relação que se estabelece entre a ação e a causa de agir, de tal forma que o resultado final só pode ser imputado a quem lhe der causa.

NOME PRÓPRIO - É o mesmo que prenome, ou o primeiro nome que se inscreve no nome civil. É o nome de Batismo. Por exemplo: Gabriel, Victória, etc.

NOMEAÇÃO - Ato pelo qual uma pessoa é designada ou indicada por outra, por seu nome para desempenhar um encargo ou exercer uma função, investindo-se por essa forma, dos poderes indispensáveis ao exercício da missão ou emprego. No sentido do Direito Administrativo é o ato pelo qual o poder público faz a designação de uma pessoa para que seja provida no exercício de um cargo ou função pública.

NORMA JURÍDICA - Preceito obrigatório de direito que pode ser exigido por meio de força física ou coerção. São características da norma jurídica: imperatividade; generalidade, pois a norma é abstrata e genérica; bilateralidade, por ser exigidos ao menos dois sujeitos para a sua existência; heteronomia, sendo a vontade do Estado prevalescente sobre a individual; coercibilidade, podendo utilizar-se da violência para cumpri-la.

O

OBRIGAÇÃO ALIMENTÍCIA - É a obrigação que a lei impõe à certas pessoas, a fim de que forneçam à outras os recursos necessários à sua manutenção, quando não tenham meios de se manter, prover. Essa obrigação alimentar se dá entre os parentes e os esposos, em virtude da qual, reciprocamente podem pedir assistência alimentar.

OCISÃO - Ato de matar, assassinato.

OFICIAL DE JUSTIÇA - Denominação que se dá aos serventuários da justiça, cuja função é a de desempenhar as diligências judiciais, ordenadas pelo juiz, ou que lhe forem atribuídas por lei. O oficial de Justiça tem "fé pública", valendo, como atos autênticos todos os que por ele forem passados. E, desse modo, suas afirmações valem como certas, quando por ele certificadas. Em regra o cargo de Oficial de Justiça é efetivo, provido vitaliciamente. Entretanto, em casos especiais, pode a função ser atribuída em caráter temporário, ou mesmo para o cumprimento de determinada diligência. É o caso do Oficial de Justiça "ad log", cujos atos são tão válidos como se praticada por Oficiais de Justiça efetivos.

OMISSÃO - Na linguagem técnica-jurídica, a omissão é a inexistência. É o silêncio, é um ato negativo, uma lacuna, é o que não se fez, o que se deixou de fazer, o que foi desprezado ou não foi mencionado. A omissão intencional relativa a certos fatos que não deveriam ser esquecidos, é negligência.

E quando a omissão é imposta, assume o aspecto de abstenção, embora, a rigor, os dois vocábulos tenham sentido próprio, pois que a omissão é mais esquecimento ou falta de menção, acerca do fato ou de qualquer coisa que não se fez, ou a que não se aludiu. A omissão não é um fato, muito ao contrário, revela o que não aconteceu. No sentido penal, a omissão pode ser causa de crime, quando este se gera do que não fez, quando se era obrigado a fazer. É a omissão do dever jurídico ou a falta que se comete em não dizer ou não fazer alguma coisa.

ÔNUS - É o encargo, dever ou obrigação que pesam sobre uma coisa ou uma pessoa em virtude do que está obrigada a respeitá-los ou a cumpri-los. Os ônus podem ser pessoais ou reais. São pessoas quando os encargos, em que eles se fundam, devem ser cumpridos pela pessoa, sem qualquer referência às coisas, como exemplos, temos os ônus tributários. E, são reais, aqueles que pesam diretamente sobre a coisa, restringindo o direito de propriedade, segundo as limitações por ele promovidos.

OUTORGAR - Significa juridicamente, autorizar, consentir, conceder poderes.

P

PACTÍCIAS - referente a pacto(Ajuste, convenção, contrato)

PARCEIRO - É aquele que, comprovadamente, tem contrato de parceria com o proprietário da terra, desenvolve atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, partilhando os lucros, conforme pactuado.

PARENTES AFINS - São aqueles que se tornam parentes através da aliança entre os parentes de um cônjuge com o outro cônjuge. É a relação que liga um dos cônjuges aos parentes do outro cônjuge.

PARENTES CONSANGÜÍNEOS - São os que derivam do sangue, da descendência familiar. É a ligação que provém do nascimento.

PARIDADE - Significa igualdade entre duas coisas, em virtude do que se mostram da mesma proporção ou do mesmo valor.

PARTÍCIPE - participante

PECULATO - Delito praticado pelo funcionário público que, tendo, em razão do cargo, a posse de dinheiro, valor, ou qualquer outro móvel, público ou particular, deles se apropria, ou os desvia, em proveito próprio ou alheio, ou que, embora não tenha posse desses bens, os subtrai ou concorre para que sejam subtraídos, usando das facilidades que seu cargo proporciona.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

PENHOR - É a garantia dada pelo devedor, espontaneamente ou por imposição legal. Já a penhora é diferente, pois consiste na apreensão de bens, dados ou não em garantia, para que por eles se cobre o credor do que lhe é devido pelo executado.

PENHORA - Ato judicial, pelo qual se apreendem ou se tomam os bens do devedor, para que neles se cumpra o pagamento da dívida ou da obrigação executada.

PENSÃO - Na linguagem jurídica, significa pagamento, renda ou abono periódico, que é devido à uma pessoa, para que atenda as suas necessidades ou a sua manutenção. Em sentido amplo, corresponde a toda contribuição ou abono, devido à pessoa, sem qualquer contraprestação de serviço ou trabalho, seja a título de alimentos, de aposentadoria ou de invalidez.

PENSÃO POR MORTE - É o benefício a que têm direito os dependentes do segurado que falecer, inclusive por acidente de trabalho. Para conceder esse benefício, o INSS não exige carência (tempo mínimo de contribuição), mas que a morte tenha ocorrido antes da perda da qualidade de segurado.

PEREMPÇÃO - Modo por que se extingue uma relação processual civil (ou penal, caso a ação pertença privativamente à vítima), por causas taxativas em lei, e que se fundam, por via de regra, na inércia, no desinteresse ou na emulação do autor (ou querelado).

PERÍCIA MÉDICA - É o serviço da Previdência Social que objetiva avaliar se o segurado ou seu dependente está ou não incapaz para o trabalho.

PERITO - É a pessoa nomeada pelo juiz, ou escolhida pelas partes, em uma demanda ou litígio, e que vai participar ou realizar uma perícia. É a designação genérica dada ao avaliador, ao examinador, ou a toda pessoa que se indica para, numa questão judicial, proceder (realizar) um exame, dele dando seu parecer ou as conclusões a que chegou, a respeito do fato examinado. Diz-se também "expert".

PERSONALIDADE CIVIL - Tecnicamente, exprime a qualidade de pessoa, já legalmente protegida, para que lhe sejam atribuídos os direitos e as obrigações, assinalados na própria lei. É a que decorre da existência natural ou jurídica. A personalidade civil revela-se na suscetibilidade de direitos e de obrigações ou na aptidão legal de ser sujeito de direitos. Mas difere da capacidade civil, decorrente da personalidade, visto que a capacidade mostra o poder de intervir por si mesma, enquanto a personalidade dá a idéia do direito de ser protegido pela lei, mesmo sem capacidade.

PERSONALIDADE JURÍDICA - É a denominação dada à personalidade que se atribui ou se assegura às pessoas jurídicas, em virtude do que se investem de uma qualidade de pessoa, que as torna suscetíveis de direitos e obrigações e com direito a uma "existência própria", protegida pela lei. É, assim, uma especialização terminológica da personalidade civil para designar as pessoas, constituídas por força da lei, em distinção à personalidade física, própria às pessoas naturais.

PESCADOR ARTESANAL - É aquele que, utilizando ou não embarcação própria, de até seis toneladas de arqueação bruta (se parceiro outorgante), ou até dez toneladas de arqueação bruta (se parceiro outorgado), faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, inclusive em regime de parceria, meação ou arrendamento.

PESSOA FÍSICA - É o ser humano tido como entidade corpórea, ou seja, como um animal racional, um ser biológico, encarado no entanto, não apenas no seu aspecto físico, mas também no seu aspecto social e moral.

PESSOA JURÍDICA - É a expressão adotada para indicar a individualidade jurídica constituída pelo homem, é utilizada para designar as instituições, corporações, associações, e sociedades, que, por força ou determinação da Lei, se personalizam, tomam individualidade própria, para constituir uma entidade jurídica, distinta das pessoas que a formam ou que a compõem. Assim, ao contrário da pessoa natural, cuja existência legal se inicia por um fato natural (nascimento), a pessoa Jurídica somam-se sem existência quando o Direito lhe dá a "vida". Criando-as ou as confirmando, é, pois, o Direito que determina ou dá vida a estas entidades, formadas pela agremiação de homens, pela patrimonização de bens ou para cumprir, segundo as circunstâncias, realizações do próprio Estado. As pessoas jurídicas são sempre representadas pelas pessoas naturais, a quem se outorgam poderes para representá-las.

PERICULOSIDADE - Estado ou qualidade de perigo, conjunto de circunstâncias que indicam a probabilidade de alguém praticar ou tornar a praticar um crime.

PODER EXECUTIVO - No sentido do Direito Público, é a denominação atribuída à um dos órgãos do Poder Público, a que se confere a função de governar e administrar o Estado (País). É a este poder que cabe executar as leis, a fim de que se mantenha a ordem jurídica, administrar os negócios públicos e dirigir as próprias funções políticas do Estado, para que se assegure a existência dele e se cumpram suas finalidades.

PODER JUDICIÁRIO - É o Poder constituído pelo conjunto de autoridades, que se investem do poder de julgar. É a designação que se dá aos órgãos, a que, como delegado do Poder Público, se atribui a função de administrar a Justiça. Ao Poder Judiciário compete aplicar as leis, vigiar sua execução e reparar, fundado nelas, e em nome do Estado, as relações jurídicas que se tenham violado.

PODER LEGISLATIVO - É a denominação dada ao órgão elaborador das leis ou das normas jurídicas, reguladoras das ações de quantos se integrem no Estado, em suas relações entre si ou deles com o próprio Estado. Compete à ele expedir as leis.

PONDERÁVEL - Que se pode ponderar, que merece ponderação.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

POSSE - Genericamente, “posse” é uma situação de fato, em virtude da qual se tem o “pé” sobre a coisa, locução que exprime “o poder material ou a relação física que se estabelece entre a pessoa e a coisa”. Juridicamente, em sentido genérico, “posse” exprime o uso e gozo de direitos, sem qualquer relação com a coisa corpórea.

É tecnicamente chamada de “quase-posse”, segundo a terminologia de família ou de cidade. Mas, a rigor, não há aí propriamente posse, tomado o vocábulo, como deve ser, em seu sentido específico de detenção material da coisa, para evidência da “posse jurídica”, se justa, ou da “posse material”, se violenta ou precária.

POSSE DO CARGO - É o ato pelo qual a pessoa assume, efetivamente, o exercício das funções para que foi nomeada, designada ou eleita. Para que se possa desempenhar as funções ou exercer o ofício, em que foi investido pela nomeação ou eleição é imprescindível o “ato da posse”, em que se determina a sua vontade em entrar no exercício efetivo da incumbência ou missão confiada, no mesmo tempo que se cumpre uma exigência de ordem regulamentar, porquanto nela são atendidas outras formalidades estabelecidas, entre as quais a do compromisso, a que está sujeito o nomeado ou eleito.

PRECATÓRIO - Documento em que se pede algo, rogatório.

PRECEITO - regra, ordem.

PRECIPUAMENTE - Principal, essencial

PREGRESSA - Decorrido anteriormente: Nada sei de sua vida

PRENOME - É o nome próprio dado à pessoa, pelo qual é geralmente chamada ou conhecida, sem indicação do nome por inteiro. É a primeira palavra usada na composição do nome da pessoa, o qual vem em primeiro lugar ou no começo do nome. São exemplos de prenomes: Jorge, Gabriel, Francisco, Roberta, etc. Pode, entretanto, o prenome ser formado ou composto por dois nomes próprios, como por exemplo: Luiz Gustavo, Ana Carolina, etc.

PREPOSTO - É quem substitui o preponente em audiência, por nomeação. Tem a responsabilidade do preponente.

PREPONENTE - Que ou quem propõe (o mesmo que proponente).

PRESCRIÇÃO - É a perda do direito de ação pelo decurso de determinado prazo estabelecido em lei. Prazo após o qual uma pessoa perde a possibilidade de fazer valer seus direitos na justiça. A prescrição exprime o modo pelo qual o direito se extingue, em vista do não exercício dele, por certo lapso de tempo.

PRESTAÇÃO - Juridicamente, exprime a ação de dar, de satisfazer ou de cumprir alguma coisa.

PRETÓRIO EXCELSO - Na Roma Antiga, era o Tribunal do Pretor. Modernamente, tribunal admirável, elevado, sublime.

PREVIDÊNCIA SOCIAL - É o seguro social para quem contribui. É a instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados.

PREVMÓVEL - PREVMóvel, a agência móvel da Previdência Social, que efetua inscrição de novos segurados, aposentados, pensões, salário-maternidade e outros benefícios, em locais onde não existem agências da Previdência Social. O PREVMóvel está equipado para fazer tudo o que uma moderna agência da Previdência Social faz.

PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO - Tem por objetivo concentrar o processo, eliminando fases e providências dispensáveis.

PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE - Exige que o autor e o réu aleguem nas respectivas iniciais (petição inicial e contestação) tudo quanto pretendam obter do juiz.

PRINCÍPIO DA IGUALDADE DAS PARTES - Estabelece paridade de direitos e obrigações entre as partes no processo.

PRINCÍPIO DA LEALDADE PROCESSUAL - Exige das partes e respectivos procuradores lealdade na condução do processo.

PRINCÍPIO DA ORALIDADE - Indica que o processo se realiza eminentemente de forma verbal.

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE - Indica que todos os atos processuais são publicados, exceto aqueles previstos em lei, como os de segredo de família.

PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL - Estabelece que não há crime sem lei anterior que o preveja, nem pena sem previsão legal antecipada.

PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO - Assegura às partes o direito de defesa, não podendo o juiz proferir julgamento sem ouvi-las, sob pena de nulidade do processo.

PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ - Dá plena liberdade ao juiz para, valendo-se dos fatos e provas a ele submetidas, formular seu livre convencimento no ato de julgar.

PRÓDIGO - É a pessoa de dissipa, gasta desordenadamente, é um gastador desabusado, ou seja, a pessoa que gasta ou se desfaz de seus haveres ou bens, sem justificativas, desabusada e desordenadamente, em visível ameaça à estabilidade econômica de seu patrimônio ou de sua fortuna. O pródigo é aquele que, sem justa razão, esbanja a fortuna, gastando-a inutilmente ou fazendo gastos e despesas insensatas e excessivas, que possam destruir seus haveres.

PRODUÇÃO RURAL - É toda a produção de origem animal e vegetal, em estado natural ou submetida a processo de beneficiamento ou industrialização rudimentar (assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza,

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação), bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos.

PROGRAMA DE ESTABILIDADE SOCIAL (PES) - É o programa que visa conscientizar os cidadãos sobre seus direitos e deveres com a Previdência Social e a Assistência Social.

PROLAÇÃO - Ato ou efeito de proferir.

PROMOÇÃO - No sentido do Direito Administrativo, significa a elevação de grau, categoria, posto ou dignidade, superiores aos desempenhados anteriormente. Seria a subida de um degrau mais alto na carreira ou na profissão desempenhada, em virtude do que passa a ser mais graduado, conquistando melhores vantagens pela ocupação do posto a que foi promovido. A promoção ocorre em todos os cargos ou funções que se dizem de carreira, e se dá por antiguidade ou merecimento, conforme as regras instituídas regularmente. Note-se que promoção não é nomeação, mas sim acesso ou subida de posto ou posição.

PROMULGAÇÃO - Publicação, divulgação.

PROMULGAÇÃO - É a declaração solene da existência da lei. Somente outra lei poderá revogar a já promulgada. Consiste na publicação da lei, para que se divulgue e se torne obrigatória, como regra jurídica. A promulgação é o ato que vem dar publicidade a lei, elaborada pelo legislativo, ou aos decretos-leis emanados do poder executivo.

PROVEDORIA - Cargo, jurisdição ou repartição do provedor.

PROVENTO - É o lucro ou o ganho obtido em um negócio.

PROVIMENTO - No sentido forense significa a admissão ou o recebimento do recurso pela autoridade judiciária a quem foi dirigido ou para quem foi interposto. Já no sentido do Direito Administrativo significa investidura, nomeação, pela qual, provido alguém de um cargo ou ofício, passa a exercê-lo. Quando a injúria ou calúnia atinge fatos particulares, a lei não permite que, em sua defesa, o acusado venha desvendar aos olhos indiscretos das demais a vida íntima ou particular dos demais cidadãos, e a exceção da verdade não pode ser admitida, como elemento de defesa em tal situação.

Q

QUORUM - É um adjetivo latino, geralmente é empregado na terminologia jurídica, para indicar o número de pessoas, que deve comparecer às assembleias ou reuniões, para que estas, validamente possam deliberar. É o indicativo da quantidade de membros indispensáveis à constituição legal da assembleia ou colégio.

R

ratificar - Confirmar ou reafirmar o que foi dito.

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL - É um serviço que o INSS coloca à disposição de seus segurados, inclusive aposentados e dependentes. Tem como objetivo proporcionar aos segurados e dependentes incapacitados (parcial ou totalmente), os meios indicados para a (re)educação e (re)adaptação profissional e social, de modo que possam voltar a participar do mercado de trabalho.

Quando indispensáveis ao desenvolvimento do processo de reabilitação profissional, o INSS fornecerá aos segurados, em caráter obrigatório, prótese e órtese, seu reparo ou substituição, instrumentos de auxílio para locomoção bem como equipamentos necessários à habilitação e à reabilitação profissional, transporte urbano e alimentação e, na medida das possibilidades do Instituto, aos seus dependentes.

REASSUNÇÃO - Ato ou efeito de reassumir; nova assunção.

RECONDUÇÃO - É a renovação do contrato de locação de serviços ou de emprego. No sentido do Direito Administrativo, recondução é a renovação da investidura, em virtude da qual o funcionário, esgotado o prazo originário para o exercício de uma função, é mantido na mesma por um prazo igual ao primitivo. Não se trata de uma renomeação, mas simplesmente de uma prorrogação de exercício, fundada em nomeação anterior.

RECONVENÇÃO - É a demanda sucessiva do Réu ou aquele que, por sua vez o Réu propõe, simultaneamente contra o autor. Exprime, assim a alegação, por parte do Réu, de direito próprio, geralmente de natureza creditória, contra o autor, com força para alterar, modificar ou excluir o pedido originário deste. A reconvenção é formulada na própria contestação, dela sendo intimado o autor.

RECURSO - É a provocação a novo exame do processo para emenda ou modificação da primeira sentença. É o remédio jurídico, que tanto pode ser intentado em processo civil, comercial, penal, como em administrativo. Em suma, genericamente é o meio pelo qual a parte, prejudicada por uma decisão judiciária, se dirige à autoridade que prolatou tal decisão ou à autoridade superior, a fim de obter uma reforma ou anulação da decisão, que considera ofensiva a seus direitos.

RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS - São as contribuições previdenciárias, e os valores, bens, ativos e direitos vinculados a regime próprio de previdência social.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

REFERENDO - Forma de manifestação da soberania popular. Através do referendo, o eleitorado aprova ou rejeita o projeto que já tenha sido aprovado anteriormente pelo Legislativo.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - É o regime que assegura por lei, inclusive constituição estadual ou lei orgânica distrital ou municipal, a servidor público pelo menos as aposentadorias e pensão por morte previstas no art. 40 da Constituição Federal.

REINCIDÊNCIA - Na significação dada pelo Direito Penal, entende-se a perpetração de outro crime, quando o réu já praticou um anteriormente, pelo qual já foi condenado por sentença contra a qual não cabe recurso (sentença transitada em julgado).

REINTEGRAÇÃO - É a ação de trazer tudo ao estado primitivo, sem qualquer alteração, sem que nada lhe falte, sem que na coisa se tenha tocado. Na reintegração estabelece-se a continuidade entre o presente e o passado, como se nada tivesse acontecido.

REINTEGRAÇÃO DO CARGO - É o ato administrativo pelo qual a pessoa é recolocada ou reposta no exercício do cargo ou função, de que fora afastada ou exonerada, com todas as vantagens e garantias que lhe cabiam ou que teria, como se, em realidade, jamais se tivesse afastado deles. Desse modo, a reintegração do cargo é a restituição integral dele, como a inteira reparação relativa a todos os proventos e vantagens, que lhe eram assegurados.

RELATAR - Estudar e apresentar (os fundamentos de causa ou de processo) aos demais membros de um tribunal, para submeter a julgamento: O desembargador mais antigo relatará esta questão.

RELEVANTE - Algo de extrema importância.

REMISSIONÁRIO - Que remite; remissivo, remitente.

RENÚNCIA - No sentido jurídico, designa o abandono ou a desistência do direito que se tem sobre alguma coisa. Neste passo, a "renúncia" importa sempre num abandono ou numa desistência voluntária, pela qual o titular de um direito deixa de usá-la ou anuncia que não o quer utilizar. A renúncia pode vir expressamente ou deduzida. Daí a "renúncia expressa" é a que, claramente, positivamente, é declarada ou firmada em ato pelo qual se declara ou se anuncia o abandono ou a desistência. A "renúncia tácita" é a deduzida ou a presumida, decorrendo da omissão ou da inexecução do ato, dentro do prato legal, que viria assegurar esse direito. Nem todo direito é renunciável tacitamente, assim, por exemplo, a renúncia, a herança, deverá constar, expressamente de escritura pública, ou termo judicial.

RESIDÊNCIA - Difere de domicílio, pois a residência, apresentando uma situação meramente de fato, é o local em que a pessoa vive, sem o caráter definitivo ou de tê-lo como centro de atividades, advindo da permanência ou efetividade, e a intenção de mantê-la nesse sentido. O domicílio pode compreender a residência, mas, esta, nem sempre indica o domicílio, por vezes tido como a sede legal ou eleita da pessoa, para nele centralizar todos os seus negócios e atividades.

RETIFICAR - Significa corrigir alguma coisa para que se torne exata, corrigir os erros os equívocos, os enganos em busca do estado de exatidão.

RETROAGIR - Ter efeito sobre o passado

RETROATIVIDADE - Exprime a qualidade ou o caráter do ato ou da ação que possa exercer efeito em coisas passadas ou afetar coisas passadas.

RETROATIVIDADE DAS LEIS - É a expressão usada para indicar a condição ou a qualidade de certas leis que, quando promulgadas, exercem eficácia mesmo a respeito dos atos passados, regulando-os e os submetendo-os a seu regime. Em princípio as leis são irretroativas, elas não retrocedem para levar seus efeitos à atos passados. As leis somente retroagem, em regra, quando expressamente dispõe efeitos retroativos ou pela natureza de suas regras.

RÉU - É toda pessoa que é chamada ou trazida a juízo para responder sobre alguma coisa. No sentido do direito civil, é o convocado para demandar ou a parte contra quem se demanda ou contra quem é intentada a ação judicial. E, em sentido do direito penal, é a pessoa contra quem se apresenta denúncia por fato criminoso, que lhe é imputado, ou de que é, criminalmente responsável.

REVERSÃO - É a ação de retornar ou de voltar ao estado ou posição anterior. Na linguagem do Direito Administrativo, significa o ato pelo qual o funcionário aposentado ou o militar reformado reingressa ou volta ao serviço ativo, ficando, assim, anulados os efeitos de sua aposentadoria ou de sua reforma.

A reversão não é readmissão nem reintegração nela o funcionário ou militar não perdeu a qualidade que tinha antes de ser aposentado ou reformado, simplesmente foi dispensado ou desligado do serviço ativo, ao qual retorna ou reingressa pela reversão.

REVOGAR - Tornar nulo, sem efeito; fazer que deixe de vigorar; anular, invalidar, revocar.

RITO - Conjunto de leis adjetivas reguladoras do exercício duma ação em juízo.

ROGATÓRIA - Solicitação feita por um juiz ou tribunal de um país ao de outro, para que determine o cumprimento de certos atos processuais que fogem à jurisdição da autoridade solicitadora (rogante) e pertencem à jurisdição da autoridade solicitada (rogada).

RUBRICA - É o vocábulo utilizado para designar a assinatura abreviada com que assinalam ou se autenticam os documentos. Pode referir-se também, a própria assinatura, em local que não é propriamente para assinar, mas para apor um visto ou

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

dar autenticidade. Desse modo, rubricar é autenticar pela assinatura abreviada ou não, ou assinar o papel ou o documento, em todas as folhas em que está escrito, para lhe dar autenticidade e valimento legal.

S

SALÁRIO MATERNIDADE - É o benefício a que tem direito a segurada empregada, trabalhadora avulsa, empregada doméstica, a contribuinte individual, facultativa e segurada especial, por ocasião do parto.

Em se tratando da contribuinte individual e da segurada facultativa é exigida a carência de 10 (dez) contribuições mensais para concessão do benefício.

No caso da segurada especial por ocasião do parto, esta terá direito ao benefício, desde que comprove o exercício da atividade rural mesmo que de forma descontínua nos últimos dez meses anteriores ao requerimento do benefício.

SALÁRIO FAMÍLIA - É o benefício que têm direito o segurado empregado e o trabalhador avulso que tenham salário-de-contribuição inferior ou igual a R\$ 468,47 que comprovem ter filhos menores de 14 anos ou inválidos de qualquer idade.

SALVO CONDUTO - É o documento ou licença-escrita, expedida por uma autoridade (judicial, civil, militar, marítima ou consular), em favor de alguém, para que com ela, possa livremente, ou sem risco algum, ter entrada e saída em certos lugares ou territórios, sujeitos à jurisdição da autoridade, que o concedeu, quando o acesso à esses lugares não seja permitido sem essa permissão.

SANÇÃO - Este vocábulo possui dois significados diferentes, um é o de aprovação por parte do poder Executivo, de um projeto de lei já aprovado pelo legislativo, neste sentido, a sanção transforma o projeto em lei, num outro significado o vocábulo Sanção é empregado como imposição, pena, castigo que se dispõe na regra legal, ou seja, significa o meio coercitivo disposto pela própria lei, para que se imponha o seu mando, ou a sua ordenança.

SEGREDO DE JUSTIÇA - Assim se entende a prática de atos judiciais que, por sua natureza, devam ser praticados, ou executados em particular, longe das vistas dos não interessados. A prática de atos em segredo de justiça, tanto se permite em processos criminais como em processo civis. Nos processos civis, o segredo de justiça é autorizado em atenção ao decoro ou interesse social. E, nos processos criminais, ele é resultante das condições especiais do processo, o que se decide pelo arbítrio do Juiz, que a eles preside, quando a lei assim não o determinar.

SEGURADO - Pessoa que paga o prêmio de um seguro e que, conseqüentemente, está garantida por este.

SEGURADO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - Os segurados anteriormente denominados "empresário", "trabalhador autônomo" e "equiparado a trabalhador autônomo", a partir de 29 de novembro de 1999, com a Lei 9.876, foram considerados uma única categoria e passaram a ser chamados de "contribuinte individual".

SEGURADO EMPREGADO - É aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a empresa, em caráter não eventual, sob subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado. Também são considerados empregados:

- O aprendiz, com idade de 14 a 18 anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho.
- O empregado de conselho, de ordem ou de autarquia de fiscalização do exercício de atividade profissional.
- O trabalhador volante (bóia-fria) que presta serviço a agenciador de mão de obra constituído como pessoa jurídica.
- O diretor empregado de empresa urbana ou rural, que participando ou não do risco econômico do empreendimento, seja contratado ou promovido para cargo de direção das sociedades anônimas, mantendo as características inerentes às relações de emprego.
- aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, por prazo não superior a três meses, prorrogável, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas, na forma da legislação própria;
- o brasileiro ou estrangeiro residente e contratado no Brasil para trabalhar, no exterior, como empregado em sucursal ou agência de empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País;
- o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior com maioria do capital votante pertencente a empresa constituída sob as leis brasileiras, que tenha sede e administração no País e cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidade de direito público interno;
- aquele que presta serviço, no Brasil, à missão diplomática ou à repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos os estrangeiros sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;
- o brasileiro civil que trabalha para a União no exterior, em organismos oficiais internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se amparado por regime próprio de previdência social;

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

- o brasileiro civil que presta serviços à União no exterior, em repartições governamentais brasileiras, lá domiciliado e contratado, inclusive o auxiliar local de que trata a Lei 8745/93, este desde que, em razão de proibição legal não possa filiar-se ao sistema previdenciário local;

- o bolsista e estagiário que prestam serviços a empresa, em desacordo com a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977.

- o servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

- o servidor do Estado, do Distrito Federal ou do Município, bem como das respectivas autarquias e fundações, ocupante de cargo efetivo, desde que, nessa qualidade, não esteja amparado a regime próprio de Previdência Social;

- o servidor contratado pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, bem como pelas respectivas autarquias e fundações, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal;

- o servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante de emprego público;

- o escrevente e auxiliar contratados por titular de serviços notariais e de registro a partir de 21 de novembro de 1994, bem como aquele que optou pelo Regime Geral de Previdência Social, em conformidade com a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994;

- o exercente de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, nos termos da Lei 9506/97, desde que não amparado por regime próprio de previdência social.

- O empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil salvo quando coberto por regime próprio de previdência.

SEGURADO EMPREGADO DOMÉSTICO - É aquele que presta serviços contínuos, mediante remuneração, a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos.

SEGURADO ESPECIAL (PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA SEM EMPREGADOS) - É o produtor, o parceiro, o meeiro, e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros (mutirão).

Todos os membros da família (cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade ou a eles equiparados) que trabalham na atividade rural, no próprio grupo familiar, são considerados segurados especiais.

Também o índio tutelado é considerado segurado especial, mediante declaração da FUNAI.

SEGURADO FACULTATIVO - Pode filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo, a pessoa maior de dezesesseis anos de idade que não exerça atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório da previdência social.

SEGURADO TRABALHADOR AVULSO - É aquele que, sindicalizado ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei 8630/93 ou sindicato da categoria.

SINDICÂNCIA - Inquérito; sindicância.

SENTENÇA - É a decisão, resolução, ou a solução dada por uma autoridade a toda e qualquer questão submetida à sua jurisdição. Toda sentença importa em um julgamento. É o veredicto ou decisão que o magistrado ou tribunal profere sobre a espécie submetida a seu julgamento. Juízo pronunciado em qualquer matéria.

SEQÜESTRO - No sentido jurídico significa depósito, ou tomada da coisa para garantia, ou designa a detenção ilegal da pessoa em cárcere privado (este último significado, refere-se ao âmbito do direito penal). No Direito Civil, o seqüestro entende-se a apreensão ou o depósito judicial de certa coisa, sobre que pesa um litígio, ou sujeita a determinados encargos, a fim de que seja entregue, quando solucionada a pendência, a quem de direito. Assim, o seqüestro é dirigido contra determinada coisa, ou coisa específica, sobre que se litiga. E tem a finalidade de retirar essa coisa da posse de quem a tem, para trazê-la e a conservar em segurança perante o juízo, onde se intenta, ou onde se pretende intentar a ação.

SERVENTUÁRIO - Aquele que serve num ofício; ministrante. Funcionário auxiliar da justiça, que ocupa cargo criado em lei, com denominação própria, pago pelos cofres públicos ou remunerado mediante o pagamento de custas ou emolumentos (tabeliães, escrevães, oficiais de registros públicos, etc.).

SERVIÇO SOCIAL - É o serviço de orientação dos segurados e dependentes sobre seus direitos e deveres, bem como os meios de exercer esses direitos e deveres perante a Previdência social e suas relações com a sociedade.

SOBERANIA - No conceito jurídico, soberania significa, o poder supremo, ou poder que se sobrepõe ou está acima de qualquer outro, não admitindo limitações.

SOBERANIA NACIONAL - Denominação que segundo princípios de Direito Constitucional, vem firmar o conceito democrático, em virtude do qual a soberania, atribuída ao Estado, pertence ao próprio povo, constituído em Nação. Assim, a soberania nacional emana da soberania do povo, escolhendo sua forma de governo e instituindo as bases políticas do Estado, a que

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

se dá organização política. Desta forma soberania nacional e soberania do povo são expressões equivalentes, a qual se exerce pelos órgãos políticos, a que se comete a autoridade suprema de dirigir e governar a Nação.

SOBRECARTA - Significa carta suplementar, ou a que se segue à carta anteriormente escrita, com o fim de a confirmar, ou de modificar o seu teor. Na linguagem jurídica designa a nova carta ou a nova provisão, expedida pelos tribunais, quando a primeira não teve cumprimento, por qualquer justa razão.

SOBRENOME - Por sua origem, exprimindo o que vem além do nome próprio, ou pronome, o sobrenome é o nome de família ou patrocínio que vem no final do nome da pessoa, na intenção de a relacionar à família a que pertence. O sobrenome, desta forma, exprime o elemento indicativo da filiação.

SOCIEDADE CIVIL - Genericamente, são todas as sociedades que se instituem sob o regime do código civil, tendo por objetivo negócios ou atividades, que não se mostrem de natureza comercial. São sociedades que se estabelecem entre duas ou mais pessoas, que se obrigam a contribuir para a formação de um capital, com o objetivo de praticarem e realizarem certos negócios de natureza civil, de cujos resultados, ou lucros, participam todos os sócios.

SOCIEDADE MERCANTIL - Possuir o mesmo significado de sociedade comercial, ou seja, é a denominação atribuída ao gênero de sociedades que têm por objeto, ou por finalidade, a exploração de negócios de natureza mercantil, ou industrial. Assim, em sentido amplo, é a sociedade instituída por duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma delas comerciante, com o fim de explorar, sob uma forma, ou razão social, ou sob uma denominação, um certo ramo do comércio ou de indústria.

SUCUMBIR - Cair sob o peso de; abater-se, vergar, dobrar-se.

SUCURSAL - Em geral, na linguagem vulgar, os estabelecimento fundados sob a dependência e direção geral de outro, dizem-se agências, filiais e sucursais. Mas na verdade, a sucursal, bem se distingue da filial e da agência. Filial é o estabelecimento que opera sob direta orientação da matriz, que lhe dirige os negócios, autorizando-os e os aprovando. Possui relativa autonomia. Já a agência revela-se a outorga de uma representação, através de mandatário, que se diz agente, e que, por vezes, nem se entende preposto do estabelecimento principal, porquanto pode manter a agência como um negócio próprio. De outra parte, a sucursal já se mostra organização mais ampla.

Embora ligada à matriz, sendo obrigada a acompanhá-la nos mesmos objetivos, em geral, é mantida com certa autonomia, possuindo uma direção, a que se atribui faculdade de decidir e operar com maior liberdade. Assim, a própria sucursal, tendo sob sua jurisdição um determinado território, pode, por sua vez, manter filiais e agências, que ficam subordinados a ela, em vez de se entenderem com a matriz. Desse modo, a sucursal tem categoria superior e posição hierárquica mais elevada que a filial.

SUFRAGAR - Apoiar, aprovar, favorecer, com sufrágio ou voto.

SÚMULA - Tem o sentido de sumário, ou índice de alguma coisa. É o que de modo resumidíssimo explica o teor, ou o conteúdo integral de alguma coisa. Assim, a súmula de uma sentença, de um acórdão, é o resumo, ou a própria ementa da sentença ou do acórdão.

SUSPEIÇÃO - Embora firmada em presunção, ou em fato positivamente não provado, vem atribuir ao suspeito a autoria de fatos que praticou, ou vem revelar o temor ou o receio de que, nas circunstâncias apontadas, os pode praticar. A suspeição, juridicamente, importa na imputação de certa qualidade, de que se geram desconfiças ou suposições capazes de autorizarem justas prevenções contra o suspeito. Em matéria criminal, a suspeição de crimes leva o Ministério Público a pôr em andamento a ação criminal contra o suspeito, para que se lhe aplique, se provada a suspeita, a sanção punitiva que o código Penal estabelece. Em matéria civil, a suspeição, limitada a julgamentos judiciais e às intervenções em atos públicos, propriamente, é referente à parcialidade dos juizes, ou dos serventuários da justiça e impõe o afastamento da autoridade judicial e a substituição da pessoa tida e julgada como suspeito.

SUSPENSÃO - Juridicamente, a suspensão, em regra, significa uma paralisação, ou uma cessação temporária ou por tempo limitado, de uma atividade ou procedimento. Assim, o que se está a fazer interrompe-se por algum tempo, findo o qual de novo se recomeça.

T

TABELIONATO - Escritório de tabelião.

TAXA - A rigor entende-se como sendo o preço, ou a quantia que se estipula como compensação de certo serviço, ou como remuneração de certo trabalho.

É a contra-prestação devida por quem se utilizou de um serviço ou se tornou beneficiado diretamente por um serviço qualquer, seja este de ordem material ou intelectual. Mesmo em sentido tributário, em que a taxa é tida como uma justa compensação a serviços prestados pelo Estado, não tem ela o caráter de imposto e nem com ele se identifica, já que este, geral e obrigatório é contribuição devida, direta ou indiretamente, do cidadão, para a formação da receita pública, indispensável à satisfação das necessidades do Estado. E, a taxa consiste numa remuneração, ou num pagamento, que é devido, sem qualquer finalidade fiscal, para atender o custo de um serviço, ou de uma utilidade imediata que nos é prestada pelo Estado.

TERRITÓRIO - É toda extensão da superfície terrestre ocupada por um povo, servindo de lugar para a fixação de uma coletividade política.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

TERRITÓRIO NACIONAL - É o que pertence, ou corresponde ao território de uma nação, em razão de suas fronteiras e limites fixados e reconhecidos, pelo que determina o espaço geográfico e o ficto, submetido a seu império e onde exerce sua soberania.

TIPO - Na linguagem penal designa o conjunto de elementos constitutivos do crime.

TIPICIDADE - Qualidade dum fato que abrange todos os elementos da definição legal de um delito.

TOGADO - Que exerce a magistratura judicial.

TRABALHADOR AUTÔNOMO - É quem exerce habitualmente, por conta própria, atividade profissional remunerada.

TRABALHADOR AVULSO - É quem presta serviços a diversas empresas sem ser empregado de nenhuma delas. Os trabalhadores avulsos estão reunidos em sindicatos ou órgão gestor de mão-de-obra, e é por intermédio dos mesmos que as empresas contratam os serviços deles. Em geral trabalham em atividades ligadas ao transporte marítimo (estivadores, conferentes de carga e descarga, vigias, arrumadores etc).

TRABALHADOR TEMPORÁRIO - É o contratado por uma empresa de trabalho temporário para trabalhar durante alguns dias ou algumas semanas em outra empresa, substituindo um empregado ou ajudando numa fase de maior atividade, no máximo até 90 dias.

TRANSFERÊNCIA - É o ato por que as coisas, ou as pessoas mudam de lugar ou de posição, ou o ato por que a posse ou a propriedade das coisas mudam de titular.

TRÂNSITO EM JULGADO - Diz-se da sentença cível ou criminal, contra a qual não caiba mais recurso, ou porque não há mais recurso previsto pela lei processual a ser interposto, ou porque escorreu o prazo do recurso que havia. Com o trânsito em julgado da sentença, ocorre a COISA JULGADA.

TRATADO INTERNACIONAL - É o convênio, o acordo, a declaração, ou o ajuste firmado entre duas ou mais nações, em virtude do que elas se obrigam a cumprir e respeitar as cláusulas e condições que nele se inscrevem, como se fossem verdadeiros preceitos de Direito Positivo.

TRIBUNAL - No Conceito do Direito Processual Brasileiro é o órgão judicante coletivo, isto é, o grupo, ou o colégio de juízes, a que se comete jurisdição para administrar a justiça, em determinado território, assim se distinguindo dos órgãos judiciários singulares, constituídos pelo juízes. A organização do Poder Judiciário, nos termos da atual Constituição Federal, institui os tribunais federais e os tribunais estaduais, sendo o Supremo Tribunal Federal, o órgão judicante (capaz de julgar) de maior autoridade. Os Tribunais Federais, além do Supremo Tribunal, recebem as denominações especiais de Tribunal Federal de Recursos, Tribunais Militares, Tribunais Eleitorais e Tribunais do Trabalho. Como tribunais estaduais há os Tribunais de Justiça, geralmente chamados de Tribunais de Apelação ou Superiores Tribunais e os Tribunais do Juri.

TRIBUNAL DE EXCEÇÃO - É aquele que se estabelece ou se institui, em caráter especial, ou de exceção, para conhecer e julgar questões excepcionalmente ocorridas e suscitadas.

TRIBUNAL REGIONAL - É o Tribunal que não tem jurisdição em todo território da união, mas em parte dele, constituída e limitada em região.

TRIBUNAL SUPERIOR - É o Tribunal que possui uma jurisdição geral sobre todo território, ou sobre a porção dele, em que estão os tribunais inferiores, que lhe são dependentes. Na técnica terminológica do Direito Judiciário Brasileiro, a qualificação superior dá o sentido de um grau acima da hierarquia de tribunais da mesma espécie, a ele subordinados.

TRIBUTO - É gênero, dos quais são espécies as taxas, os impostos, os empréstimos compulsórios e as contribuições de melhoria.

TRÍDUO - Espaço de três dias consecutivos.

TUTELA CAUTELAR - Conjunto de medidas processuais garantidoras do resultado do processo de cognição (conhecimento) ou de execução.

TUTOR - Juridicamente, designa a pessoa, a quem se cometem os encargos da tutela imposta ao menor de 21 anos não emancipado, a quem falem os pais.

O tutor, investido na posição de um "mandatário legal" do menor tutelado, recebe os poderes de dirigir a pessoa do menor e de administrar os seus bens, cuidando de sua educação e assistência, como se fora o próprio pai, a que substitui.

Conforme o art. 422 do código civil, incube ao tutor, sob a inspeção do Juiz, reger a pessoa do menor, velar por ele e administrar-lhe os bens.

U

UNICAMERAL - Diz-se do sistema de representação política em que há somente uma câmara legislativa.

USUCAPIÃO - Modo de aquisição da propriedade de bens móveis ou imóveis pela posse continuada a ininterrupta por um determinado lapso de tempo.

DICIONÁRIO DE TERMOS JURÍDICOS

V

VACÂNCIA - Em significação jurídica vacância é simplesmente vaga, ou o estado de vago. Assim a vacância do cargo denota a falta de titular para ocupá-lo: o cargo é vago, está sem ocupante.

VEDAR - Significa vetar, proibir, não consentir, não permitir.

VENCIMENTO - No âmbito do Direito Administrativo é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. É a totalidade de remunerações recebidas por uma pessoa, dentro de um certo período: são as vantagens, proventos, ordenados, os salários do empregado.

VEREDICTO - É a decisão, a sentença pela qual solenemente o juiz declara a solução dada ao feito, que se submeteu à sua apreciação.

VÍNCULO EMPREGATÍCIO - Existe vínculo empregatício quando o serviço prestado tem relação direta ou indireta com a atividade principal da empresa, e quando for prestado de forma continuada, o que elimina a eventualidade.

Por exemplo:

- a) oficina mecânica que contrata mecânico autônomo;
- b) costureira autônoma contratada por indústria de confecção, ou facção que preste serviço habitualmente para uma mesma indústria.

VITALICIEDADE - Estado ou situação do vitalício ou a garantia de vitalício.

VITALÍCIO - Significa permanente, efetivo. Na terminologia do Direito Público, vitalício, entende-se o funcionário que, provido em seu cargo com essa condição, somente por sentença judicial possa se exonerado ou demitido, salvo se a pedido.

W

WARRANT - Título de crédito, nominativo e transmissível por endosso, emitido junto com o conhecimento de depósito (porém dele separável) pelas companhias de armazéns gerais, trapiches e estabelecimentos similares, mediante garantia pignoratícia de mercadorias depositadas.

WRIT - Do inglês, lê-se mandado e se aplica comumente ao mandado de segurança e ao habeas corpus.

Z

ZONA DE FRONTEIRA - É a parte do terreno, que se encontra na fronteira com outro país, ou que limita com o território de um país estrangeiro.